

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

THAYSE KALYNE FORMIGA DA SILVA

**O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA E A REPERCUSSÃO NA
REPRESENTATIVIDADE DOS SINDICATOS BRASILEIROS**

**JOÃO PESSOA
2018**

THAYSE KALYNE FORMIGA DA SILVA

**O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA E A REPERCUSSÃO NA
REPRESENTATIVIDADE DOS SINDICATOS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Márcio Roberto de Freitas Evangelista

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586f Silva, Thayse Kalyne Formiga da.

O fim da contribuição sindical compulsória e a repercussão na representatividade dos sindicatos brasileiros / Thayse Kalyne Formiga da Silva. - João Pessoa, 2018.

60 f. : il.

Orientação: Márcio Roberto de Freitas Evangelista.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Sindicato. 2. Reforma Trabalhista. 3. Contribuição sindical. I. Evangelista, Márcio Roberto de Freitas.
II. Título.

UFPB/CCJ

THAYSE KALYNE FORMIGA DA SILVA

O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA E A REPERCUSSÃO NA REPRESENTATIVIDADE DOS SINDICATOS BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Márcio Roberto de Freitas Evangelista

DATA DA APROVAÇÃO: 19 DE NOVEMBRO DE 2018

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS EVANGELISTA
(ORIENTADOR)**

**Prof. Dr. DELOSMAR DOMINGOS DE MENDONÇA JUNIOR
(AVALIADOR)**

**Prof. Dr. JAILTON MACENA DE ARAUJO
(AVALIADOR)**

**A Deus, pela sua infinita misericórdia e por me
mostrar sempre o melhor caminho a seguir;
Aos meus pais, Francisco e Edileusa, e aos meus
irmãos, Yanna e André, por não medirem
esforços, para me ajudar na concretização deste
tão sonhado e batalhado objetivo.**

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente monografia vai muito além de um trabalho acadêmico: ela representa o fechamento de um ciclo de cinco anos. Anos que me proporcionaram não somente a absorção de conhecimento jurídico, como também, permito-me dizer, contribuíram para a formação do caráter. Assim, embora as palavras pareçam ser insuficientes para externar a minha gratidão, disponho-me a escrevê-las.

A Deus, por ser o meu guia, quando os caminhos são desnorteados e confusos; por ser acalento, nas dificuldades; por ser intercessor, nos momentos em que a fé parece se esvair; e, principalmente, por não me abandonar, agraciando-me com infinitas bênçãos, quando tudo parecia não dar certo.

Aos meus pais, Francisco e Edileusa, por serem incansáveis batalhadores, capazes de fazer o possível e o impossível, para ver seus filhos felizes. Sem o cuidado e o amor de vocês, não seria possível a concretização desse sonho.

Aos meus irmãos, André e Yanna, por serem uma grande fonte de inspiração, de coragem e de perseverança no alcance dos seus respectivos objetivos, mostrando-me que, embora a trajetória não seja fácil, proporciona recompensas indelévels.

À Universidade Federal da Paraíba, por me conceder essa experiência única, cujas lembranças serão levadas comigo, por toda a minha vida.

Aos meus colegas de curso, por viverem comigo a graduação, estando sempre dispostos a compartilhar conhecimento, a ajudar quando necessário e a dividir alegrias e tristezas. Mas, principalmente, por se revelarem verdadeiros amigos, cujos laços transcendem a sala de aula: Bia Peixoto, Myrlla, Nayra, Alícia, Bia Mendes, Larissa, Mariana, Fernanda, Zezuca e Jefferson. Vocês são, inquestionavelmente, os meus maiores presentes do Direito.

Às minhas companheiras de biblioteca, Ariane e Vanessa, por propiciarem um suporte extraordinário nesse último ano de curso, partilhando, além da rotina de estudos, conselhos, incentivos, medos, inseguranças e as tão sonhadas vitórias.

Às minhas parceiras de estágio, Rayanne, Allana, Érika e Larissa, pelas tardes vivenciadas no Banco do Nordeste, seja dividindo interpretações jurídicas, lanches, conselhos, alegrias, decepções, abraços ou risadas. Obrigada pelo privilégio de ter a amizade de vocês.

À assessoria jurídica do Banco do Nordeste, pela oportunidade de estágio oferecida, em que pude expandir bastante o aprendizado e a vivência em um ambiente de trabalho, além de colocar em prática os assuntos lecionados em sala de aula.

Às minhas irmãs de coração, Paloma, Rayana e Larissa, por se fazerem presentes, fisicamente ou a milhares de quilômetros, durante toda a minha graduação, constituindo um porto-seguro indispensável em minha vida, com todo o suporte, paciência, carinho e dedicação inerentes a nossa amizade.

A Felipe, por todo o apoio e incentivo proporcionado, nesse último ano de graduação, e pelas incontáveis vezes em que acreditou mais em minha capacidade do que eu mesma.

Às minhas amigas Ysabor, Camila, Glaucielle, Andressa, Maria Paula, Isabel, Isabela e Rayanir, por todas as vezes que me encorajaram a não desistir dos meus sonhos, e por todos os momentos de alegria, apoio e união vivenciados, desde que nos conhecemos.

Ao meu orientador, Prof. Márcio Evangelista, pela assistência deferida ao longo da construção dessa monografia, bem como pela sua dedicação ao Direito do Trabalho e ao exercício de lecionar.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos e familiares, os quais, de alguma forma, sonharam meus objetivos junto a mim e contribuíram, para que eu pudesse, finalmente, concluir a minha graduação em Ciências Jurídicas, na Universidade Federal da Paraíba.

“Mas uma questão permanece ignorada até o momento: por que não permitir o advento da igualdade entre os homens? Supondo que os mecanismos do processo tenham sido descritos de modo correto, por que fazer esse esforço monumental, tão minuciosamente planejado, para congelar a história num determinado ponto do tempo?”

(1984, George Orwell)

RESUMO

A presente monografia objetiva a análise das consequências do fim da contribuição sindical compulsória na representatividade dos sindicatos. Considerando que a Reforma Trabalhista consigna efeitos ainda incipientes, mas que atingem uma parcela considerável da sociedade, faz-se necessário observar as repercussões da alteração legislativa, no tocante ao esvaziamento financeiro das entidades sindicais. Para uma visão abrangente da problemática estudada, emergem-se as origens do sindicalismo, no Brasil e no mundo, bem como a organização sindical vigente no ordenamento jurídico. Outrossim, no tocante à facultatividade do imposto sindical, procede-se a um exame minucioso das mudanças legislativas e dos votos proferidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5794. A referida ação de controle concentrado impugnou as mudanças advindas da Lei 13.467/2017, responsável por tornar um tributo, de caráter eminentemente compulsório, em uma contribuição negocial. Essa supressão brusca da principal fonte de financiamento acarretou uma diminuição de 80% da receita percebida pelos entes de representação coletiva. Diante dessa conjuntura, o presente trabalho de conclusão do curso busca responder quais as novas conformações dos sindicatos, ante a Reforma Trabalhista, trazendo, inclusive, um estudo de caso de duas entidades sindicais paraibanas. Para atingir esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através de obras doutrinárias, com ênfase em livros e artigos científicos sobre o tema, bem como por meio do acesso à legislação constitucional e infraconstitucional, restringido a pertinência temática. Ao final, analisa-se qual o futuro do sindicalismo no Brasil, diante da nova sistematização trazida pela Lei 13.467/2017.

Palavras-chave: Sindicato. Reforma Trabalhista. Contribuição sindical.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise da arrecadação de algumas centrais sindicais, antes e depois da promulgação da Lei 13.467/2017.	36
Tabela 2 – Análise do número de trabalhadores da área de telecomunicação e do número de filiados, na Paraíba, ao SINTTEL/PB, com o respectivo percentual de sindicalização, em outubro de 2018.	46
Tabela 3 – Análise da receita arrecadada, através do imposto sindical, em abril de 2017 e de 2018, com o respectivo percentual de arrecadação, em abril de 2018.	46
Tabela 4 – Análise do número de trabalhadores da categoria dos bancários e do número de filiados ao SINTRAFI/PB, na base territorial abrangida, com o respectivo percentual de sindicalização, em outubro de 2018.	50
Tabela 5 – Análise da receita arrecadada, através do imposto sindical e da taxa negocial, em abril de 2017 e em setembro de 2018, com o respectivo percentual de arrecadação, em setembro de 2018.	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

CC – CÓDIGO CIVIL

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CRFB – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

DRT – DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

RE – RECURSO EXTRAORDINÁRIO

SINTRAFI/PB – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DA PARAÍBA

SINTTEL/PB – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO DA PARAÍBA

STEFEM – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO MARANHÃO, PARÁ E TOCANTINS

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TST – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONCEITOS PARADIGMÁTICOS ACERCA DO SINDICALISMO	14
2.1 DEFINIÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL E SUA NATUREZA JURÍDICA	14
2.2 HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL E NO MUNDO	17
2.2.1 O sindicalismo no mundo	17
2.2.2 O sindicalismo no Brasil	21
2.3 ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	23
3 FINANCIAMENTO SINDICAL NO BRASIL	27
3.1 RECEITAS SINDICAIS	27
3.1.1 Contribuição sindical e sua natureza tributária	27
3.1.2 Contribuição confederativa	30
3.1.3 Mensalidade dos associados	31
3.1.4 Contribuição assistencial	32
3.2 AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA LEI 13.467/2017	34
3.3 A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5794	36
4 AS REPERCUSSÕES DO FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA	43
4.1 ESTUDO DE CASO: SINTTEL/PB	43
4.1.1 Estrutura e funções desempenhadas pelo SINTTEL/PB	43
4.1.2 As consequências do fim da contribuição sindical compulsória no SINTTEL/PB ..	46
4.2 ESTUDO DE CASO: SINTRAFI/PB	48
4.2.1 Estrutura e funções desempenhadas pelo SINTRAFI/PB	48
4.2.2 As consequências do fim da contribuição sindical compulsória no SINTRAFI/PB	49
4.3 O FUTURO DO SINDICALISMO NO BRASIL: UM NOVO OLHAR SOBRE A SUA ESTRUTURAÇÃO	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O dinamismo social e a complexidade das relações humanas transcendem a esfera do comum, trazendo consequências que repercutem no espaço e no tempo. Uma das tendências mais marcantes do mundo globalizado é a inconstância dos paradigmas estabelecidos: em um primeiro momento, a ascensão contínua parece assegurar as expectativas mais otimistas e sistematizar uma sociedade resoluta; no segundo, a ordem e o progresso são entorpecidos, em uma queda vertiginosa, perdendo-se a referência do espaço e das circunstâncias; e, por fim, entrega-se ao colapso definitivo, em uma espécie de resignação social.

A busca pela solução da crise socioeconômica encontra-se intimamente relacionada às mudanças legislativas atuais, que, por seu turno, devem ser norteadas pelas diretrizes do Estado Democrático de Direito, para, dessa forma, concretizar a efetividade de suas implicações no ordenamento jurídico.

Nessa conjuntura, as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, advindas da Lei 13.467/2017 – denominada Reforma Trabalhista –, são objetos de questionamento constante, tendo em vista que suas disposições derrogam direitos conquistados ao longo de décadas, com o intuito de, supostamente, combater o desemprego e a crise econômica.

Em especial, a mudança dos paradigmas do sindicalismo, com a alteração legislativa, merece uma análise acurada, seja das suas causas, seja das consequências de sua aplicação. Tal pesquisa deve conglobar o papel dos sindicatos, no que tange à defesa dos direitos trabalhistas, bem como o comprometimento da atuação sindical diante da retirada de sua principal fonte de financiamento, a contribuição sindical compulsória.

Arelada à necessidade de conformação legislativa aos parâmetros sociais, vale salientar a importância da efetividade das decisões e dos acordos fundamentados no novel diploma. Nesse sentido, a Reforma foi impugnada através do ajuizamento de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, a incluir a ADI 5794, que refuta o fim da contribuição sindical compulsória, com base no modelo estabelecido pela Constituição de 1988.

Então, eis que surgem indagações quanto à conciliação da liberdade associativa com a manutenção do sistema sindical brasileiro, determinado na Carta Magna. Como harmonizar o cumprimento das atribuições legais impostas ao sindicato, se há um esvaziamento financeiro ocasionado pela própria lei? Onde está a contrapartida dada aos

sindicatos pela sua representatividade obrigatória de todos os integrantes da categoria? Qual será o futuro do sindicalismo, no Brasil, ante o seu enfraquecimento econômico?

Diante disso, a presente monografia se destina a verificar as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista, no que concerne à extinção do imposto sindical compulsório, e de que modo isso vem interferindo na representatividade dos sindicatos, tanto com relação ao grupo econômico que representa, quanto no tocante à perda da força sindical perante a sociedade.

É notória a importância do tema, considerando que os sindicatos exercem um papel indispensável na defesa dos direitos trabalhistas, ao representar os interesses de sua categoria, e ao tomar a frente das negociações e da celebração de acordos coletivos com as entidades patronais. Além disso, o movimento sindical é uma constante luta pela sua reafirmação e fortalecimento, e o déficit financeiro dos entes sindicais representa uma mitigação dos direitos conquistados, após décadas de lutas.

Para a composição do presente trabalho, utiliza-se o método dedutivo, com o processo de análise de informações. Tal metodologia tem o escopo de chegar a uma conclusão que parte de uma premissa geral, para o alcance de uma particular ou singular. Para tanto, analisam-se afirmações que levam a uma conclusão à semelhança daquelas, com o intuito de explicitar o conteúdo das premissas.

Isso se dá, uma vez que o direcionamento das premissas gerais utilizadas, ao longo do texto – especialmente no que concerne à análise do fim da contribuição sindical compulsória, dada pela Lei 13.467/2017 e declarada constitucional pela ADI 5794 –, levam a concluir pela desestabilidade do sistema sindical brasileiro e por uma crise de representatividade dos sindicatos perante as respectivas categorias.

Nessa perspectiva, considerando que os efeitos da facultatividade do imposto sindical têm uma abordagem ainda prematura, haja vista a sua recente aplicação com a Reforma Trabalhista, a viabilidade do estudo se estrutura, outrossim, na pesquisa exploratória, como meio de desenvolvimento e elucidação de conceitos.

Quanto à abordagem, utiliza-se, de forma preponderante, a pesquisa qualitativa, que focaliza a realidade complexa e contextualizada, em uma tentativa de responder determinadas questões particulares. Nesse sentido, há uma preocupação não apenas com o resultado, mas também com o processo que levou ao mesmo. Ademais, a pesquisa se vale de indicadores e de entrevista, os quais explicitam o funcionamento de estruturas e organizações complexas.

Já no que se refere ao procedimento, a utilização do aporte bibliográfico foi predominante, com a interferência do método observacional. Destarte, procedeu-se à análise de obras doutrinárias, tais como livros e artigos científicos, além do acesso à jurisprudência e à legislação constitucional e infraconstitucional, restringido a pertinência temática.

Para alcançar os objetivos delineados, estrutura-se a monografia em três capítulos, além de introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, é feita uma pormenorização dos parâmetros conceituais sobre o direito sindical, com enfoque na sua sistematização no ordenamento jurídico brasileiro; ademais, faz-se uma recapitulação histórica do sindicalismo no Brasil e no mundo, de maneira a melhor contextualizar o tema abordado.

Já no segundo capítulo, estudam-se as fontes de financiamento dos sindicatos, a saber: contribuição sindical, contribuição confederativa, mensalidade dos associados e contribuição assistencial. Tal abordagem é necessária, para compreender a aplicabilidade de cada uma e visualizar a importância do imposto sindical como principal fonte de receita das entidades. Além disso, faz-se uma análise comparativa dos novos dispositivos trazidos pela Lei 13.467/2017, no tocante à contribuição, bem como dos votos proferidos, no julgamento da ADI 5794, pelo Supremo Tribunal Federal.

Por fim, no terceiro capítulo, enfatizam-se as repercussões práticas trazidas pela mudança legislativa em comento, com o estudo da nova conformação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado da Paraíba – SINTTEL/PB – e do Sindicato dos Bancários da Paraíba – SINTRAFI/PB – diante da facultatividade da contribuição sindical. Para concluir, é feita uma investigação do futuro do sindicalismo no Brasil, com um novo olhar sobre a sua sistematização.

2 CONCEITOS PARADIGMÁTICOS ACERCA DO SINDICALISMO

As implicações advindas da Lei 13.467/2017, bem como do julgamento da ADI 5794, trazem consequências que atingem uma considerável parcela da sociedade, em especial os trabalhadores representados por entes sindicais. Isso ocorre em virtude da conversão de um tributo, de caráter eminentemente compulsório, em uma contribuição negocial facultativa, o que repercute na representatividade dos sindicatos, enquanto organizações de defesa dos interesses trabalhistas.

Entretanto, para melhor compreender os efeitos do novel diploma legal e a análise dos votos proferidos pelos eminentes Ministros do STF, faz-se necessário emergir as origens das entidades sindicais, em âmbito nacional e internacional.

2.1 DEFINIÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL E SUA NATUREZA JURÍDICA

O Direito Coletivo do Trabalho pressupõe a existência de relações jurídicas estabelecidas por sujeitos coletivos, quais sejam, os seres coletivos empresariais, que podem atuar tanto isolada quanto coletivamente; e os sindicatos dos obreiros, responsáveis pela representação da classe trabalhadora (GODINHO, 2017, p. 1510).

O referido ramo difere do Direito Individual do Trabalho, o qual, nas lições de Cesarino *apud* Barros, é tido como “o conjunto das leis que consideram individualmente o empregado e o empregador, unidos numa relação contratual” (2017, p. 792). Nesse caso, trata-se de normas que consideram o sujeito em si, ao contrário dos dispositivos que estabelecem instrumentos protetores de grupos sociais profissionais, os quais, por sua vez, têm uma ação mediata sobre os particulares (GOMES, 2011, p. 567).

É importante salientar que o estudo do direito sindical abrange não somente o aspecto jurídico – enfoque do presente trabalho –, mas também o sociológico, político e econômico, conforme leciona Amauri Mascaro Nascimento (2009, p. 23).

Nessa ótica, ainda nas lições do autor, o direito sindical é tido como “o ramo do direito do trabalho que tem por objeto o estudo das normas e das relações jurídicas que dão forma ao modelo sindical” (2009, pp. 24-25). Trata-se de uma definição objetivista, diferente daquela estabelecida por Cesarino (*apud* BARROS, 2017, p. 792), que conceitua o direito sindical com base nos sujeitos das relações sindicais – empregados e empregadores coletivamente reunidos; e diversa da concepção trazida por Russomano, que congrega

aspectos objetivos e subjetivos, atendo-se às entidades, às negociações e aos conflitos, consoante citado por Mascaro (2009, p. 24).

Sob o prisma jurídico, as relações estabelecidas pelos entes sindicais atingem o âmbito internacional, administrativo, civil e coletivo. Como exemplo das relações internacionais, tem-se o direito de filiação das entidades de representação coletiva a organismos internacionais e a possibilidade de apresentar queixas perante os órgãos da Organização Internacional do Trabalho. As relações administrativas, por seu turno, abrangem a administração interna do sindicato e a sua participação em órgãos da Administração Pública, em especial de fundos de assistência ao trabalhador.

Quanto ao âmbito civil, o ente sindical figura como sujeito de direitos e deveres nas relações jurídicas, na qualidade de proprietário, locatário, comprador, autor, réu, dentre outros. Por último, no âmbito coletivo, o sindicato ganha destaque pela defesa dos interesses comuns de seus filiados e pela representação da classe trabalhadora perante as entidades patronais, com a formalização de acordos e de instrumentos jurídicos.

Assim, podem-se conceituar os sindicatos como entidades associativas permanentes, representativas dos trabalhadores das respectivas classes, com o intuito de sanar problemáticas comuns, de defender os interesses trabalhistas e, no geral, de lhes garantir melhores condições de trabalho (CASSAR, 2018, p. 1312). Ou seja, os entes são tidos como verdadeiros mecanismos de afirmação e resistência coletiva, uma vez que possibilitam aos empregados, antes dispersos e impotentes, a união de classe, com o escopo de protegê-los perante o sistema capitalista.

Para uma completa compreensão das entidades sindicais no ordenamento jurídico brasileiro, faz-se necessário trazer o conceito disposto na CLT, *in verbis*:

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

Conforme se depreende do artigo, a associação sindical necessita de reconhecimento do Estado como representante legal da categoria, devendo-se atender a um determinado critério de agregação dos trabalhadores.

Mister se faz apontar a natureza jurídica dos sindicatos. Como bem assinala Vólia Bomfim Cassar (2018, p. 1312), os sindicatos são pessoas jurídicas de direito privado, tendo

em vista a sua criação e administração pelos seus membros interessados e a finalidade de defesa de benefícios próprios.

Para se chegar a este raciocínio, Orlando Gomes (2011, pp. 595-597) analisa as teorias do fim, da funcionalidade e a eclética. A primeira teoria estabelece que o interesse público define a natureza do ente; não é o caso, já que os sindicatos atendem a interesses da categoria, os quais, embora coletivos, não se confundem com os da sociedade.

A teoria da funcionalidade, por seu turno, aduz que a natureza jurídica de determinado ente está relacionada ao controle de suas atividades pelo Estado. Isso não ocorre com os sindicatos, já que, embora haja exigências formais, tal como o registro no Ministério do Trabalho, seu funcionamento não constitui objeto de controle externo pela Administração Pública. Inclusive, a autonomia é um consectário da liberdade sindical, permitindo aos sindicatos organizar sua gestão e suas linhas de ação¹.

Já na teoria eclética, são considerados diversos fatores, para atribuir o caráter público a determinada pessoa jurídica, conforme leciona Gomes (2011, p. 596):

Finalmente, a terceira teoria combina as duas anteriores, e considera pública a pessoa jurídica por diversas razões: obrigação de atingir fins públicos; porque o Estado é que proclama o caráter público; porque o Estado é que cria a pessoa jurídica, porque intervém na constituição e na gestão do sujeito, ou em ambos, seja com a atribuição de meios econômicos, seja com a de meios jurídicos, entre os quais o *jus imperii*; finalmente, porque o Estado impõe vigilância e tutela, ou normas particulares da administração, ou cria órgãos de controle.

Essa teoria não satisfaz a natureza jurídica do sindicato, tendo em vista que sua conceituação se insere nas duas primeiras. Dessa forma, Orlando Gomes (2011, p. 597) assevera que “o que há de caracterizar, portanto, a pessoa jurídica de Direito Público é a qualidade da *iniciativa* de sua criação”, pugnando-se pelo caráter privado das entidades sindicais.

Ademais, considerando que o sindicato é associação coletiva, como se depreende do art. 501 da CLT, ele se aproxima do conceito de associações estabelecido pelo art. 53 do Código Civil – união de pessoas que se organizam com fins não econômicos. Entretanto,

¹ Nessa perspectiva, a Convenção Internacional n.º 87 da OIT, a qual dispõe sobre a liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização, estabelece, em seu art. 3.º, que as entidades sindicais “têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seus representantes, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação”. Ademais, é contundente ao afastar a intervenção estatal que objetive limitar o exercício desse direito. Apesar de o Brasil não ter ratificado essa convenção, o conceito disposto acerca da autonomia sindical é congruente com a natureza jurídica dos sindicatos, no ordenamento jurídico pátrio.

concomitantemente, a entidade sindical dispõe de características que a distancia das demais associações, tais como seus objetivos de defesa e desenvolvimento de interesses coletivos profissionais e econômicos, tanto dos trabalhadores, quanto dos empregadores².

Extraí-se, portanto, uma natureza *sui generis* da entidade sindical, sob o recorte de seus reflexos na esfera judicial. Se, por um lado, o sindicato se caracteriza como uma pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas físicas e com fins não econômicos; por outro, distancia-se do âmbito privado, haja vista a busca por interesses coletivos dos trabalhadores da categoria abrangente.

Por fim, cumpre frisar que, no que concerne às fontes autônomas – aquelas cuja elaboração não possui intervenção estatal, como as convenções e acordos coletivos – e heterônomas – em que o Estado participa de sua confecção, a exemplo das leis –, o equilíbrio é elemento essencial para a normatização dos sindicatos. Em acurada lição, Mascaro (2009, p. 29) aduz que o rompimento dessa estabilidade ocorre à medida que o ordenamento jurídico supervaloriza a lei ou os contratos coletivos, situação bastante condizente com as implicações trazidas pela Reforma Trabalhista.

2.2 HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL E NO MUNDO

Entender as origens do movimento social próprio dos sindicatos, o sindicalismo, é de suma importância para a aceção dos acontecimentos hodiernos, em especial da crise de representatividade dessas entidades. Destarte, faz-se necessária uma recapitulação histórica dos principais acontecimentos e conquistas sindicais.

2.2.1 O sindicalismo no mundo

Vólia Bomfim (2018, p. 1312) e Godinho (2017, p. 1539) remontam aos colégios romanos, que dividiam a população de acordo com os seus ofícios, visando a facilitar a

² Trata-se dos trabalhadores subordinados e assalariados, a par dos profissionais autônomos, cuja defesa dos interesses se dá através de outros entes jurídicos. Nas lições de Maria Helena Diniz, as associações de profissionais liberais, cuja previsão legal advém dos arts. 53 do CC e 511 da CLT, atendem “a defesa dos interesses da classe e o aprimoramento da profissão” (2013, p. 287), mediante a publicação de trabalhos e a formação de biblioteca, por exemplo. Diferem dos sindicatos, porque representam tão-somente os seus associados, e não a categoria como um todo. Destarte, não assinam acordos e convenções coletivas, nem elegem representantes da categoria (NASCIMENTO, 2009, p. 298).

governabilidade. Certamente, tal aspecto se assemelha à atual configuração sindical, cujos critérios de agregação são fundamentais para o devido funcionamento do sindicato.

Já no século XII, organizaram-se as corporações de ofícios, inspiradas nos *collegia* romanos e nas *guildas* germânicas. Tais formas associativas ganharam destaque por sua estabilidade e influência, consistindo em um monopólio de profissões e um mecanismo de controle de mercado, através da fixação de preços e da organização do trabalho.

Russomano (1997, p. 12) explica, com clareza, a estruturação das corporações, a começar da distribuição de trabalho, a qual se dava em três níveis: aprendizes, companheiros e mestres. Os primeiros eram jovens que se submetiam aos mestres, para aprender o ofício, mediante pagamento de altas taxas e através de um regime disciplinar extremamente rigoroso. Findada a aprendizagem, eles se elevavam à categoria de companheiros, como trabalhadores qualificados e que detinham liberdade pessoal.

Todavia, entre os companheiros e os mestres, havia uma verdadeira lacuna, tendo em vista que a categoria mais alta usava artifícios, para impedir a concorrência da classe mediana e, assim, garantir que seus privilégios fossem transmitidos aos seus filhos ou sucessores.

Vólia Bomfim (2018, p. 1312) traz à baila as semelhanças das corporações de ofício com os sindicatos modernos, haja vista a regulamentação e a representatividade de interesses de determinada profissão:

Como a reunião era feita por grupo da mesma profissão ou atividade profissional, pouco a pouco esta agremiação passou a constituir uma forte organização representativa. Cada corporação representava um ofício ou profissão e detinha monopólio absoluto no território. Ninguém poderia exercer sua atividade, ofício ou a profissão sem ingressar no grêmio da Corporação respectiva. Deveriam proteger e promover os interesses de artesãos e mercadores. Controlavam o mercado fixando preços e organizando as formas de trabalho.

Noutro norte, Russomano (1997, p. 12), comparando essa configuração à do momento atual, aduz que as corporações, enquanto associações de produtores, muito mais se assemelham às entidades de classe ou aos sindicatos patronais. Nas palavras do emérito jurista, a verdadeira semelhança à conformação hodierna se deu, quando surgiram, em um latente paralelismo, entidades representativas de produtores e trabalhadores. A História deflagrava, assim, os primeiros passos para a luta de classes.

As corporações de ofício foram do apogeu à decadência, na medida em que o sistema monopolista deu lugar a um novo sistema de produção e troca, com inovações

técnicas. Os grêmios não conseguiram acompanhar as mudanças socioeconômicas, acentuando as diferenças entre os mestres, com vários privilégios, e os aprendizes e companheiros.

Entretanto, é na sociedade capitalista que o movimento sindical cria raízes. Godinho (2017, p. 1541) aponta a Grã-Bretanha como berço do sindicato, no contexto da Revolução Industrial.

Já Russomano, de forma específica, assevera que o ano de 1720 é o marco do sindicalismo, quando “os mestres-alfaiates se dirigiram ao Parlamento Britânico, através de uma associação que reunia mais de sete mil trabalhadores, pleiteando a obtenção de maior salário e a redução de uma hora na jornada diária de trabalho” (GODINHO, 2017, p. 1540).

Em seguida, deu-se início à denominada fase de proibição do direito sindical. Nos dizeres de Alice Monteiro de Barros (2017, p. 793), “a pretexto de que todas as associações implicavam perturbação às relações entre os indivíduos e entre estes e o Estado, o liberalismo proibiu as uniões com espírito de classe ou proteção mútua”. Nesse sentido, a Lei Chapelier, aprovada em 1791, na França, extinguiu as corporações e, por conseguinte, institucionalizou o trabalho livre. Já na Inglaterra, o *Combination Act*, de 1799, e o *Meeting Act*, de 1817, intensificaram o combate às associações sindicais, enquadrando o sindicalismo como crime.

Percebe-se que os referidos documentos legais, embora proibissem a constituição e manutenção de associações de trabalhadores, foram responsáveis pela consolidação do trabalho livre, desvencilhado das corporações de outrora.

Godinho (2017, p. 1542) trata da próxima fase do movimento sindical: a da tolerância jurídica. Mais uma vez, a Grã-Bretanha foi pioneira nesse processo, posto que extinguiu o delito de coalizão dos trabalhadores e reconheceu o direito de associação.

É de suma importância destacar o papel das *Trade Unions*, enquanto marco do sindicalismo. O *Trade Unions Act*, de 1871, foi o dispositivo legal que regulamentou as uniões sindicais inglesas, por meio da criação de uma central sindical que reunia os sindicatos por indústria e por profissão. Ademais, Mascaro (2009, p. 72) ressalta o surgimento dos *gentlemen's agreements*, acordos resultantes das negociações entre as *Trade Unions* e os empregadores, à semelhança dos acordos e convenções coletivas atuais.

Ricardo Antunes (1979, pp. 17-18) se debruça quanto ao papel das uniões sindicais inglesas:

As trade-unions passaram então a fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro,

obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-o a toda a categoria.

Além disso, a conformação das *Trade Unions* de várias categorias de determinada região em uma federação é precursora da estrutura sindical contemporânea, no Brasil, a qual se divide em sindicatos, federações e confederações.

Na terceira fase do movimento sindical, a qual se deu na segunda metade do século XIX, diversos países seguiram o exemplo inglês, regulamentando o direito de associação sindical e descriminalizando a coalizão de trabalhadores.

Após a Primeira Guerra Mundial, mais um passo é dado rumo à consolidação do sindicalismo: o art. 427, II, do Tratado de Versalhes, de 1919, previu expressamente o direito de sindicalização, seja de empregados, seja de empregadores, desde que respeitadas as disposições legais (BARROS, 2017, p. 793).

No mesmo ano, foi criada a Organização Internacional do Trabalho, organismo das Nações Unidas o qual visa à promoção da justiça social, através da elaboração de convenções e recomendações acerca de emprego, saúde e segurança no trabalho, recursos humanos, entre outros³. Nesse aspecto, diversas convenções vieram a reforçar o princípio da liberdade sindical, como bem detalhado por Alice Monteiro de Barros (2017, p. 793).

Já no período pós Segunda Guerra, foi aprovada, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, trazendo acepções fundamentais para o direito sindical:

Art. 20.

1. Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 23.

[...]

4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses. (ONU, 1948)

Eis um marco histórico: tem-se o primeiro tratado, a nível internacional, que prevê o direito de livre associação sindical como um direito inerente a todo ser humano.

Por fim, no cenário contemporâneo, o movimento sindical foi, ao mesmo tempo, contraído e expandido, conforme leciona Mascaro (2009, p. 100). A constrição se dá pela competitividade no processo produtivo, levando as empresas ao enxugamento dos custos de trabalho; a expansão, por sua vez, é revelada com a propagação das transnacionais e o

³ Inclusive, a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, celebrada em 1998, estabelece a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva como princípios norteadores.

surgimento de comunidades econômicas regionais, o que acarreta novos meios de representação sindical, aptos a atenderem a conjuntura socioeconômica vigente.

2.2.2 O sindicalismo no Brasil

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o movimento sindical brasileiro foi tardio, se comparado ao europeu. Não é à toa: o colonialismo, sua política mercantilista e o regime escravocrata perduraram por três séculos, sendo um empecilho ao desenvolvimento industrial e à urbanização. Aluísio Rodrigues (1981, p. 37) assevera que “não é de estranhar-se que num país onde predomina uma economia agrária e com a população dispersa em vasto território, não repercutam com a mesma intensidade dos movimentos coletivos dos trabalhadores desencadeados no exterior”.

Destarte, sabe-se que, até 1930, as manifestações trabalhistas eram incipientes e esparsas, assim como suas regras e institutos, embora fosse possível a observação de alguns indícios do sindicalismo.

O Ministro Edson Fachin (STF, 2018, p. 04), ao proferir o relatório da ADI 5794, remete às ligas operárias como sendo as primeiras associações de trabalhadores, no País, tendo em vista que congregava operários por variados critérios. Outrossim, aponta que a primeira Constituição da República, de 1891, garantiu a liberdade de reunião e de associação.

Ao longo do sindicalismo pré-30, a aprovação de decretos que descriminalizavam as greves e facultavam a criação de sindicatos, nas áreas rural e urbana, propiciou a estruturação coletiva de alguns segmentos, a exemplo dos setores de portos, ferrovias e do parque industrial, que se construía, principalmente, em São Paulo (GODINHO, 2017, p. 1545).

Com o advento da Era Vargas, foi consolidado o sistema sindical brasileiro, cuja estrutura se mantém até os dias atuais. A intervenção do Estado, em larga escala, visava ao controle do movimento dos trabalhadores, reprimindo, de um lado, as manifestações autônomas, e regulando minuciosamente, de outro, o ordenamento jurídico trabalhista.

A consolidação do modelo trabalhista, feita pelo Governo, foi possível por meio de políticas públicas coordenadas, quais sejam: a criação do Ministério do Trabalho, para que a Administração Pública pudesse monitorar as ações institucionais; a promulgação do Decreto 19.770/1931, “que cria uma estrutura sindical oficial, baseada no sindicato único (embora ainda não obrigatório), submetido ao estado e compreendido como órgão colaborador deste” (GODINHO, 2017, p. 1547); a implementação de um sistema de solução judicial de conflitos

trabalhistas; a estruturação do sistema previdenciário, com a Lei Eloy Chaves; a aprovação de diversas leis que regulamentavam os direitos trabalhistas; e, por fim, a repressão de manifestações autônomas ou contrárias ao sistema implantado pelo Poder Público.

Vólia Bomfim (2017, p. 1312) considera o Decreto acima mencionado como o primeiro diploma legal a dispor sobre os sindicatos, *in verbis*:

A primeira lei que deu início a uma verdadeira organização sindical em nosso país foi o Decreto nº 19.770/31, que estabelecia a unicidade sindical, proibia qualquer medida, propaganda ou ideologia política; obrigava o patrão ao pagamento de uma indenização equivalente a seis meses de salário em caso de despedida do trabalhador em virtude de sua ação sindical e excluía o empregado público e domésticos de sua aplicação.

Observe-se que, no sindicalismo da década de 1930, foram estabelecidos alguns pilares do sindicalismo, os quais permanecem até a atualidade, a exemplo da unicidade sindical. Ademais, o modelo justralhista implementado na Era Vargas permaneceu praticamente irretocável até a ditadura militar.

Tal modelo objetivava o apaziguamento das tensões entre empregados e patrões, transformando os sindicatos em pessoas de natureza quase pública. Nesse viés, Mascaro (2009, p. 81) aponta a natureza corporativista do sindicato, em que algumas de suas características permanecem até os dias atuais:

[...] o corporativismo é uma forma de organização das classes sociais pela ação reguladora do Estado, integrativa das forças produtivas, os grupos profissionais e econômicos, em organizações verticais e não conflitivas, cujas associações, para terem existência legal, dependem do reconhecimento do Estado, do qual recebem a delegação do exercício de funções públicas, sendo detentores do monopólio da representação no interior da sua respectiva categoria.

Contudo, mesmo com a força normativa que o movimento sindical ganhava exponencialmente, o índice de associação permanecia irrisório. Na década de 1970, cerca de 25% dos trabalhadores eram sindicalizados, havendo um considerável aumento somente após a deflagração das greves do ABC paulista, especialmente dos metalúrgicos (CASSAR, 2018, p. 1312).

Somente com a Constituição de 1988 houve uma mitigação, em certa medida, do modelo corporativista sindical, estabelecido no Estado Novo. Tal mudança foi possível, principalmente, pela ruptura do controle político e administrativo estatal sobre os sindicatos, um dos pilares do antigo sistema.

Ademais, o direito à livre fundação de sindicatos, o reconhecimento constitucional de investidura sindical na representatividade da categoria, a liberdade de filiação e a obrigatoriedade da participação sindical, nas negociações coletivas, foram consagrados pela Carta Maior, firmando o sistema sindicalista hodierno, que será analisado em seguida.

2.3 ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Conforme explanado no tópico anterior, o contexto corporativista em que foi regulamentado o direito sindical, no País, deixou uma gama de remanescências. O Ministro Edson Fachin (2018, p. 03), proferindo o seu voto no julgamento da ADI 5794, estabelece um tripé que sustenta o modelo sindical vigente: a unicidade sindical, a representatividade obrigatória e o custeio das entidades por meio da contribuição sindical. São essas as características sustentadas pela Carta Constitucional de 1988, em seu art. 8.º:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
[...]

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Em que pese a unicidade sindical, Godinho (2017, p. 1518) assinala que ela “corresponde à previsão normativa obrigatória de existência de um único sindicato representativo dos correspondentes obreiros, seja por profissão, seja por categoria profissional”. Sendo assim, no Brasil, vigora o monopólio de representação sindical, ou seja, é vedada a existência de entidades concorrentes entre si, compelindo o trabalhador a ser representado por um sindicato único e predeterminado.

No tocante à representatividade obrigatória, o inciso VI é claro ao preconizar a participação compulsória das entidades sindicais nas negociações coletivas de trabalho, cujas normas resultantes vêm a beneficiar toda a categoria. Já no que tange ao custeio por meio do imposto sindical, o referido assunto será aprofundado no capítulo seguinte.

Constata-se que a Constituinte optou por um regime sindical que detém muitos traços do modelo corporativista – a incluir a principal fonte de financiamento –, com fulcro na função mitigadora das tensões entre empregados e empregadores. É inegável, portanto, a natureza eminentemente constitucional do modelo sindicalista, em que o enfraquecimento de um ou mais de seus elementos compromete o sistema como um todo.

Feitas tais considerações, importa notar que o critério preponderante de agregação de trabalhadores, adotado no País, é o da categoria profissional, concebida no art. 511, §2.º, da CLT como a “similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas”.

Infere-se que o ponto de convergência é a similitude laborativa, tendo em vista a vinculação dos trabalhadores a um empregador que exerça atividade produtiva idêntica, similar ou conexa. Godinho (2017, p. 1514) cita, como exemplo, o caso de um porteiro que trabalha em uma indústria metalúrgica: mesmo que não atue diretamente na metalurgia, ele será representado legalmente pelo sindicato dos metalúrgicos.

Tal critério de congregação denomina-se sindicato vertical, abrangendo diversos empregados de várias empresas, quando há similitude na atividade econômica exercida.

Ocorre que, em decorrência de uma interpretação excessivamente restritiva, o conceito de categoria profissional sofre um constante fracionamento, acarretando a propagação dos sindicatos. Nesse ponto, impende destacar a quantidade desmedida de entidades sindicais, no Brasil: de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em um levantamento realizado em 2016, a quantidade de organizações de representação trabalhista existentes ultrapassava 16 mil – incluindo sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

O número impressiona à medida que os sindicatos se enfraquecem, graças ao processo de desdobramento das categorias profissionais. Na lição de Godinho (2017, p. 1515), a interpretação restritiva ocasiona esse enfraquecimento, ao passo que a ampliativa seria capaz de reforçar a atuação sindical. Isso se infere, inclusive, de todo o histórico do sindicalismo aqui estudado, o qual remete à unidade e à agregação.

Ora, o texto constitucional, como visto, consagra a unicidade sindical, sendo o princípio da agregação a diretriz mais adequada, para corresponder aos preceitos da Constituição, em detrimento do princípio da especialização. A agregação sindical visa ao fortalecimento das entidades – quanto maior a amplitude, a abrangência, a extensão da base e o número de filiados, maior será a representatividade e o poder negociativo do sindicato.

Entretanto, essa agregação não condiz com a realidade: Campos (2016, p. 11) demonstra que mais da metade dos sindicatos (50,1%) tem abrangência apenas municipal, correspondente à base territorial mínima. Outros 30,3% possuem circunscrição geográfica restrita a um número pequeno de municípios.

Cumpra frisar que o sistema sindical brasileiro é confederativo, sendo a sua organização sob a forma de pirâmide, em que os sindicatos constituem a base, e as confederações, a cúpula. Nessa perspectiva, o art. 534 da CLT permite a organização de, no mínimo, cinco entidades sindicais em federações, desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. Para a composição de federações, por sua vez, é necessário, no mínimo, três sindicatos, e a sede dos entes de cúpula deve ser em Brasília, consoante disposto no art. 535 da CLT.

No tocante às centrais sindicais, Mascaro (2009, p. 257) as conceitua como organizações intercategoriais que representam sindicatos, federações e confederações de várias categorias, atuando, via de regra, em todo o País. A Lei 11.648/2008 dispõe acerca do reconhecimento formal dessas entidades: em seu art. 1.º, aduz as funções de representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a ela filiadas, e de negociação de matérias de interesse geral da classe trabalhadora; no art. 2.º, elenca uma série de requisitos para a admissão das centrais.

Vólia Bomfim (2018, p. 1312) assevera que essas entidades não compõem o sistema sindicalista pátrio, dado que “todas representam os trabalhadores (pluralidade), não respeitam o paralelismo sindical e não se organizam por categoria, ao contrário, representam uma classe, a dos trabalhadores”. Em outras palavras, as centrais não estão organizadas conforme o princípio da unicidade, característica da conformação sindical vigente, e, portanto, não são aptas a celebrar acordos e convenções coletivas e a homologar rescisão, por exemplo.

Contudo, é indiscutível o papel político-institucional das centrais, na qualidade de órgãos classistas que representam e coordenam a classe de trabalhadores (CASSAR, 2018, p. 1312). Nessa acepção, Mascaro (2009, p. 271) defende que a existência dessas organizações é constitucional, pois o ordenamento impõe a unicidade sindical na categoria e não acima dela:

[...] a legalização das Centrais em nada afeta as entidades sindicais de níveis menores, uma vez que as alterações se deram na cúpula do sistema sindical de trabalhadores sem modificar a organização que está abaixo da cúpula intercategoriais. Nada impede um modelo híbrido. Exemplifique-se como o norte-americano, de unicidade sindical na empresa e pluralidade sindical em outros níveis. O nosso modelo é híbrido também, de pluralidade sindical de cúpula e unicidade sindical de base.

Com relação às condições de registro e de funcionamento dos sindicatos, reafirme-se que a Constituição de 1988 vedou a intervenção estatal na estruturação sindical, o que acarretou a revogação de diversos dispositivos da CLT os quais iam de encontro à previsão constitucional. Destarte, “não poderá mais o Estado determinar as regras de criação, a composição, o *quorum* de representação para a validade de qualquer ato praticado, salvo o registro no Cartório de Pessoas Jurídicas e o Registro Sindical no Ministério do Trabalho” (CASSAR, 2018, p. 1312).

A não intervenção do Estado veio a corroborar a natureza jurídica privada dos sindicatos, como já estudado, e põe a Constituição em consonância com as Convenções Internacionais da OIT, ao conferir o direito de autodeterminação dessas entidades.

Com o desenlace, não seria enfadonho sistematizar a presente linha de raciocínio. Está apto a nortear o sistema sindical brasileiro: a) a unicidade sindical; b) a representatividade compulsória das entidades perante o grupo econômico que abrange; c) e a contribuição sindical, de forma a compor uma contrapartida às funções desempenhadas pelos sindicatos.

3 FINANCIAMENTO SINDICAL NO BRASIL

O estudo sobre o financiamento dos sindicatos, em especial a contribuição sindical, é de suma importância para a compreensão da estrutura desses entes no ordenamento jurídico brasileiro, bem como das novas perspectivas trazidas pela Reforma Trabalhista. No capítulo em comento, tem-se uma abordagem acerca das delimitações legais do imposto sindical e do julgamento da ADI 5794.

3.1 RECEITAS SINDICAIS

No ordenamento jurídico pátrio, verificam-se quatro espécies de contribuições feitas pelos trabalhadores para o respectivo sindicato, quais sejam, a contribuição sindical obrigatória, a contribuição confederativa, a contribuição assistencial e as mensalidades dos associados dos sindicatos, as quais passam a ser analisadas.

Compreender as hipóteses de aplicabilidade dessas contribuições, a natureza jurídica e sua preponderância para o financiamento sindical possibilita uma visão ampla do funcionamento dessas entidades, além de uma abordagem mais crítica das mudanças legislativas trazidas pela Lei 13.467/2017.

3.1.1 Contribuição sindical e sua natureza tributária

A contribuição sindical foi instituída, no Brasil, através do Decreto-Lei 2.377/1940, com a denominação de imposto sindical. O diploma legal estabelecia, no art. 2.º, que “o imposto sindical é devido, por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, em favor da associação profissional legalmente reconhecida como sindicato representativo da mesma categoria”.

Sendo assim, infere-se que a contribuição detinha caráter compulsório, uma vez que se estendia a todos os integrantes da categoria, independentemente da sua associação ou não ao respectivo sindicato.

Com a promulgação da Constituição de 1988, manteve-se essa contribuição, à vista do disposto no art. 8.º, IV, *in verbis*:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
[...]

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

Ao lado da referida disposição, o art. 149 do texto constitucional aduz, expressamente, a competência exclusiva da União quanto à instituição de contribuições de interesse das categorias profissionais, sendo uma forma de atuação na área e de garantia de seus interesses próprios. Conforme leciona Ives Gandra da Silva Martins (2015, p. 93), a imposição desse tributo era um meio de garantir recursos, para que os sindicatos pudessem existir e atuar.

Depreende-se da Carta Magna que a contribuição confederativa era recolhida, independentemente do imposto sindical derivado de lei. Destarte, pode-se afirmar que a contribuição sindical é um dos três pilares do modelo de sindicalismo sustentado pela Constituição de 1988 – ao lado da unicidade sindical e da representação obrigatória –, e, conseqüentemente, a mudança de um desses paradigmas pode desestabilizar todo o sistema.

Outrossim, vale salientar que a contribuição sindical detinha caráter parafiscal, isto é, não se tratava de receita própria da União, não integrando o orçamento dela. Tendo em vista que a competência tributária ativa era atribuída aos sindicatos, que dispunham do produto arrecadado para execução de suas finalidades, aduz Baleeiro (2018, p. 66):

Igualmente é ponto pacífico que, embora a competência seja indelegável, a pessoa estatal pode conferir a outra as funções de cobrar, arrecadar e fiscalizar tributos, portanto, a sua capacidade tributária ativa. Tal fenômeno é usual quando o tributo se destina a custear serviço descentralizado ou personalizado da administração indireta do Estado, de personalidade pública ou privada, desde que exerçam função de utilidade pública (sindicatos, por exemplo). Cresceu com o intervencionismo estatal e espelha a renúncia à arrecadação, cobrança e fiscalização por parte da pessoa competente. Denominado de parafiscalidade, significa que o produto correspondente à arrecadação não será receita integrante do orçamento fiscal do Estado, mas será orçado e administrado de forma descentralizada, ou seja, parafiscal.

A natureza jurídica de tributo advém do disposto no art. 149 da Constituição, já mencionado, tratando-se de uma contribuição social cujo fato gerador, nas palavras de Catharino *apud* Barros (2017, p. 807), era “estar o sujeito passivo participando de determinada categoria sindical”.

A compulsoriedade é um atributo inerente aos tributos, conforme preconiza o art. 3.º do CTN: “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante

atividade administrativa plenamente vinculada”. Sendo assim, a facultatividade da contribuição sindical vai de encontro tanto aos preceitos constitucionais, quanto aos definidos em lei.

Ora, se a contribuição sindical é um tributo, eventuais alterações em sua regulamentação deveriam ser feitas por meio de lei complementar e norma específica. Tal afirmação é corroborada pelo texto constitucional: o §6.º do art. 150 assevera a necessidade de lei específica que regule exclusivamente o subsídio ou isenção, a redução de base de cálculo, a concessão de crédito presumido, e a anistia ou remissão das contribuições. Dessa maneira, a Lei 13.467/2017, que detém o status de lei ordinária, não seria apta a extinguir o tributo em comento.

Inclusive, o próprio STF – que julgou improcedente a ADI 5794 – tem uma jurisprudência consolidada acerca do tema, entendendo que a contribuição sindical compulsória era exigível de todos os integrantes da categoria. Além disso, sua cobrança não constitui óbice ao princípio da liberdade sindical, uma vez que tal princípio congrega a unicidade e o imposto sindical como medidas de sua relativização, conforme se depreende do julgamento do RE 180745/SP.

Ainda com relação ao recurso extraordinário analisado, é incontestável que o texto constitucional não pode ser interpretado de forma desconcatenada, levando em consideração trechos desprendidos. A manutenção do regime tributário da contribuição sindical, nas palavras do Ministro Sepúlveda Pertence, é decorrente da relativização da liberdade sindical, e “não se pode tomar isoladamente a afirmação desta, no *caput* do art. 8.º e tentar negar o que, no inciso IV, *in fine*, está patente e há de ser levado em conta para reduzir o alcance efetivo da proclamação retórica da liberdade do sindicato” (STF, 1998, p. 11).

Por tudo quanto exposto, observa-se que a contribuição sindical detinha natureza jurídica e finalidades muito bem delineadas, no ordenamento jurídico brasileiro, e a sua extinção, através de lei ordinária, configura uma anomalia jurídica.

Passemos à análise do Capítulo III do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual traz os delineamentos da contribuição sindical no ordenamento jurídico.

A contribuição sindical é regulamentada pelos arts. 578 a 610 da CLT, os quais definem a forma de pagamento, recolhimento e aplicação do referido tributo.

Inicialmente, o art. 579, antes da mudança legislativa, estabelecia que a contribuição era devida por todos os figurantes de determinada categoria econômica ou profissional, ou de profissão liberal, em favor do respectivo sindicato. Inexistindo o sindicato, os percentuais recolhidos são creditados à federação ou confederação correspondente à

mesma categoria econômica ou profissional, observadas as minúcias da lei, como disposto no art. 591 da CLT.

O art. 580, por seu turno, não foi alterado pela Lei 13.467/2017, e delimita os valores do imposto sindical, sendo o tributo recolhido de uma só vez, anualmente. Para os empregados, o valor recolhido corresponde à remuneração de um dia de trabalho (inc. I); para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, o valor corresponde a 30% do maior valor de referência fixado pelo Executivo, em consonância com a época do recolhimento (inc. II); e para os empregadores, o valor é proporcional ao capital social, através da aplicação de alíquotas, consoante a tabela progressiva estabelecida na lei (inc. III).

O art. 592 trata da destinação da receita proveniente do imposto sindical aos sindicatos de empregadores, empregados, profissionais liberais e trabalhadores autônomos, não sofrendo alteração pela Reforma. Da leitura do artigo, é imperioso destacar as múltiplas aplicações da contribuição, a exemplo da assistência técnica, jurídica e médica, do incentivo à formação profissional e à criação de bolsas de estudos e bibliotecas, e da prevenção aos acidentes de trabalho.

Por fim, a Seção V do referido Capítulo apresenta algumas disposições gerais, tais como a obrigatoriedade dos empregadores de prestar esclarecimentos aos fiscalizadores, bem como comprovar o pagamento da contribuição, sob pena de multa, conforme disposto no art. 603. Ademais, o art. 606 possibilita às entidades sindicais o ajuizamento de ação executiva, em caso de inadimplemento da exação.

É possível afirmar, pela análise do texto legal, que, embora a contribuição tenha se tornado facultativa, as atribuições dos sindicatos restam mantidas pela legislação, incorrendo em um potencial risco de se atingir o núcleo essencial das entidades, vale dizer, a existência e o cumprimento de obrigações constitucionalmente previstas.

3.1.2 Contribuição confederativa

A contribuição confederativa, assim como o imposto sindical, encontra-se prevista no art. 8.º, IV, em sua parte inicial, o qual assevera que “a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva”.

Vale ressaltar que tal contribuição somente é aplicada aos associados da entidade sindical, conforme dispõe a Súmula Vinculante 40, do STF: “a contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato

respectivo”. Sendo assim, as confederações são responsáveis pelo seu recolhimento, podendo repassar a receita às federações e aos sindicatos, no caso de existirem sobras.

O procedimento deve ser feito nos moldes do art. 545 da CLT, o qual aduz que, uma vez notificados pelo sindicato, os empregadores só podem fazer o desconto, se obtiverem a autorização devida do trabalhador.

Diversos autores discutem acerca da compulsoriedade da contribuição confederativa para seus associados. De um lado, Arnaldo Süssekind e Arion Romita afirmam que o dispositivo constitucional que prevê a contribuição, acima mencionado, é uma norma de eficácia contida, estando a sua aplicabilidade submetida à criação de uma lei, nos moldes do art. 149 da Constituição. (CASSAR, 2018, p. 886)

De outra banda, Vólia Bomfim assevera que tal contribuição é facultativa, devendo o empregado optar ou não pelo seu desconto. Nas palavras da jurista, o acréscimo de mais descontos compulsórios vai de encontro ao princípio da proteção salarial, o que é perfeitamente cognoscível (CASSAR, 2018, p. 886).

Isto posto, é inconteste a contradição democrática expressa pela Carta Magna, ao manter uma forma de financiamento da cúpula do sistema, quando já existia uma contribuição de caráter compulsório apta a essa incumbência.

3.1.3 Mensalidade dos associados

Nessa modalidade de financiamento, o empregado, ao se associar, é obrigado a contribuir com o sindicato, para usufruir determinados benefícios, como assistência médica, odontológica e recreativa, em uma espécie de clube.

Tal contribuição assistencial, também chamada de estatutária, é criada e regulada pelo estatuto da entidade sindical ou por assembleia-geral, consoante a disposição do art. 548, b, da CLT, *in verbis*:

Art. 548 - Constituem o patrimônio das associações sindicais:

[...]

b) as contribuições dos associados, na forma estabelecida nos estatutos ou pelas Assembléias Gerais.

Apesar de a contribuição ser denominada mensalidade, a sua periodicidade é prevista no estatuto, podendo ser também bimestral ou anual. Outrossim, a doutrina concebe que o desconto depende de autorização prévia do associado, tal qual o procedimento da contribuição confederativa, previsto no art. 545 da CLT. Isso se dá, tendo em vista que o

trabalhador não é obrigado a fazer uso dos serviços sociais fornecidos pelo seu sindicato, a despeito da assistência jurídica e da judiciária, as quais são obrigações da entidade.

Diante da necessidade de autorização prévia do trabalhador, Vólia Bomfim (2018, p. 886) se debruça sobre o procedimento a ser adotado, para realizar o desconto:

Assim, quando a contribuição assistencial está prevista no estatuto do sindicato, alguns requisitos devem ser preenchidos para que o empregador seja obrigado ao desconto em folha: a) ser notificado pelo sindicato da contribuição sindical estabelecida pelo estatuto; b) comunicar os empregados; c) receber autorização escrita do empregado interessado no desconto.

Entretanto, essa contribuição não é comum, uma vez que o procedimento para o seu desconto é bastante burocrático e oneroso para o trabalhador; sendo assim, a maioria deles não autorizava o desconto – o que pode ser, sob esse ponto de vista, uma antevisão do que ocorrerá com o imposto sindical, dentro de alguns anos.

3.1.4 Contribuição assistencial

Também denominada taxa de reforço sindical ou contribuição de fortalecimento sindical, a contribuição assistencial se traduz em “recolhimento aprovado por convenção ou acordo coletivo, normalmente para desconto em folha de pagamento em uma ou poucas mais parcelas ao longo do ano” (GODINHO, 2017, p. 1530). Por ser previsto em contrato coletivo, o empregador fica autorizado a efetuar o desconto, com fulcro no art. 462 da CLT.

Tal recolhimento visa ao financiamento específico de serviços assistenciais fornecidos pelo sindicato, como assistência dentária, médica e recreativa. Ocorre que essa modalidade de contribuição também é bastante criticada, posto que a maioria dos sindicatos alega que ela se destina a gratificá-los pelos seus serviços prestados – o que, na verdade, é uma obrigação legal da entidade, criada com esse propósito.

Nesse diapasão, a taxa assistencial é facultativa, sendo que o empregado pode se opor ao desconto dela, à semelhança do que ocorre com a contribuição confederativa e com a mensalidade dos associados, por disposição do art. 545 da CLT.

A facultatividade do desconto figura uma tradução da jurisprudência das Cortes Superiores, cujo objetivo, antes da Reforma Trabalhista, era restringir as modalidades compulsórias de financiamento dos sindicatos somente ao imposto sindical.

Ademais, Vólia Bomfim (2018, p. 886) afirma que “esta contribuição tem a mesma finalidade da contribuição estatutária, logo, não pode o sindicato cobrar as duas ao mesmo tempo, sob pena de *bis in idem*”.

Em verdade, a inclusão dessa modalidade de contribuição, na maioria das normas coletivas, ocorre devido ao procedimento burocrático para o desconto da mensalidade dos associados, como já explanado. Destarte, a referida inclusão se mostra como uma alternativa mais viável, posto que não é necessária a notificação do sindicato ao empregador – este deve estar ciente das normas coletivas pactuadas.

O Tribunal Superior do Trabalho, quando de uma tentativa de estender o recolhimento da contribuição aos trabalhadores não sindicalizados, entendeu que o desconto desta também deve ser feito nos moldes do art. 545 da CLT, conforme leciona a Orientação Jurisprudencial 17, da Seção de Dissídios Coletivos:

17. CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS. (mantida) – DEJT divulgado em 25.08.2014

As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados. (TST, 2014)

Entretanto, a redação da Orientação Jurisprudencial, em sua parte final, leva a uma conclusão desfavorável ao trabalhador, havendo uma inversão no procedimento de desconto: em vez de, primeiramente, o empregador obter autorização prévia para o recolhimento da contribuição, procede-se ao pagamento, e, ulteriormente, o empregado pode se opor e requerer a restituição do valor descontado.

Ou seja, o entendimento do TST dá margem para que seja realizado o desconto prévio da contribuição, sem consentimento do trabalhador, o que configura, a nosso ver, uma patente abusividade.

Sobre esse assunto, Vólia Bomfim (2018, p. 886) assevera que essa prática é corriqueira, já que se inclui, nos contratos coletivos, cláusula que estabelece prazo para oposição ao desconto assistencial, o qual, geralmente, é curto, preclusivo e esgota antes do efetivo recolhimento.

Findada a análise específica das modalidades de financiamento sindical, é possível afirmar que a burocratização, aliada ao baixo número de filiados, constituem motivos

pelos quais os sindicatos têm dificuldades, especialmente após a Reforma, de subsistirem financeira e socialmente.

3.2 AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA LEI 13.467/2017

O Projeto de Lei 6787/2016, o qual foi convertido na Lei Ordinária 13.467/2017, foi criado em uma conjuntura social, política e econômica bastante complexa, a qual gerou repercussões significativas na seara do mercado de trabalho.

Na Exposição de Motivos do projeto, aponta-se que a Reforma visa a aprimorar as relações trabalhistas, através da valorização da negociação coletiva, da atualização dos mecanismos de combate à mão de obra informal, da aprimoração do trabalho temporário, e da regulamentação das eleições de representantes dos trabalhadores nas empresas.

Ocorre que a alteração legislativa gerou insatisfação, à medida que comprometeu direitos trabalhistas conquistados arduamente, ao longo de décadas, no País. Ora, a positivação desses direitos no ordenamento é fundamental, para conferir segurança jurídica às partes que estabelecem relação de emprego. Entretanto, a Lei 13.467/2017, ao inserir o art. 611-A na CLT, possibilitou a prevalência da convenção e do acordo coletivo de trabalho, em detrimento da legislação, quando dispuserem acerca de diversas matérias, trazendo um rol exemplificativo das mesmas.

Consoante lição de Vólia Bomfim (2018, p. 1312), a inserção desse dispositivo autoriza a ampla flexibilização dos direitos, já que “torna os direitos trabalhistas menos públicos e mais privados, transformando a maioria dos direitos contidos na CLT, que não se encontram na Constituição, em direitos disponíveis, de característica privada”. Em outras palavras, a Reforma possibilitou a mitigação e a supressão de direitos, indo de encontro ao princípio da indisponibilidade dos direitos legais trabalhistas e da prevalência da norma mais favorável.

No que concerne à organização sindical, as principais alterações se deram no âmbito da forma de financiamento, tornando facultativa a contribuição sindical, outrora tida como compulsória.

O *caput* do art. 545 da CLT, com a mudança legislativa, traz a necessidade de autorização prévia dos empregados, para que o empregador possa proceder ao desconto de quaisquer contribuições devidas ao sindicato – anteriormente, a contribuição sindical excetuava essa regra, sendo que o seu recolhimento independia dessas formalidades.

Já os arts. 578 e 579, que dispõem acerca do imposto sindical, em específico, sofreram alterações, incluindo-se a necessidade de autorização prévia e expressa do trabalhador, para que seja realizado o desconto:

Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.

Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.

Os arts. 582 e 583 também sofreram alterações, para incluir a necessidade de autorização prévia e expressa do trabalhador. Os referidos dispositivos indicam o mês em que deve ser efetivado o recolhimento da contribuição sindical pelos empregadores, o que, anteriormente à Reforma, era realizado compulsoriamente.

De maneira semelhante, o art. 587, que discorre sobre o imposto sindical a ser descontado dos empregadores, passou a facultar o seu desconto. Destarte, o empregador que optar pelo recolhimento deve assim proceder no mês de janeiro de cada ano, ou, caso venham a se estabelecer após o referido mês, devem requerer no ato de registro ou licença para o exercício da atividade.

Ademais, os artigos que tratavam da prova de quitação do imposto sindical – arts. 601 e 604 – foram revogados, já que o pagamento da contribuição tornou-se facultativo.

A nova redação desses dispositivos, com o advento da Lei 13.467/2017, colocou em xeque a própria existência dos sindicatos, já que tornou facultativa a sua principal fonte de financiamento.

O esvaziamento financeiro das entidades sindicais é patente: de acordo com relatório elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a arrecadação dos sindicatos, no corrente ano, diminuiu 80%, ocasionando um corte de gastos em massa. Em reportagem veiculada pela Valor Econômico, Máximo e Di Cunto (2018) revelam que as entidades reduziram o número de funcionários, diminuíram as mobilizações e passaram a cobrar por serviços outrora gratuitos, como a assistência jurídica e a homologação da rescisão contratual.

A reportagem ainda revelou a arrecadação de centrais sindicais em março de 2017 e no mesmo mês do corrente ano, e os dados comprovam a queda exponencial da receita sindical:

Contabilizando perdas

Arrecadação do imposto sindical por entidades - Em R\$ mil*

	Março/17	Março/18	Variação
Nova Central	770,7	164,7	Queda de 78,6%
UGT	2.301,0	516,4	Queda de 77,6%
CTB	757,0	277,1	Queda de 63,4%
CSB	2.862,8	557,7	Queda de 80,5%
CUT	4.393,0	578,2	Queda de 86,8%
Força Sindical	1.950,6	604,4	Queda de 69%

R\$ 34,7 milhões foi o total da contribuição sindical arrecadada por centrais, confederações, federações e sindicatos em março deste ano, ante R\$ 170,3 milhões em igual período de 2017, **queda de 79,6%**

Fonte: Coordenação geral de recursos do FAT. *Dados preliminares

Tabela 1 – Análise da arrecadação de algumas centrais sindicais, antes e depois da promulgação da Lei 13.467/2017.

Constata-se que a representatividade dos sindicatos resta comprometida, ainda mais se for considerada a baixíssima taxa de sindicalização de trabalhadores. Nesse sentido, Campos (2016, p. 12) revelou que a quantidade de trabalhadores sindicalizados correspondia a 16,2%, em 2014, de acordo com dados do IBGE. E é justamente a filiação que pode recuperar a força sindical mitigada com a Reforma Trabalhista, uma vez que possibilita a arrecadação de outras modalidades de financiamento, como a contribuição confederativa e a mensalidade dos associados, já estudadas.

É mister, portanto, uma mudança de paradigma dos sindicatos, diante da insegurança do trabalhador no mercado – especialmente no que tange às novas formas de contratação, como o trabalho intermitente. Tal conformação com a conjuntura atual possibilitaria o estreitamento da relação sindicato-trabalhador e, consequentemente, fortaleceria a atuação dessas entidades.

3.3 A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5794

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5794 é de extrema relevância para a ordem constitucional pátria, posto que a sua decisão afeta diretamente as entidades sindicais e revela os contornos da representatividade dessas organizações, com as mudanças no ordenamento jurídico. Faz-se necessário, assim, um estudo pormenorizado dos

votos proferidos pelos eminentes Ministros do STF, para compreender a conformação jurídica trazida pela Reforma Trabalhista.

A ADI em comento foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos – CONTTMAF, com vistas a declarar a inconstitucionalidade da novel redação dada pela Lei 13.467/2017 aos arts. 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT, os quais dispõem sobre a contribuição sindical.

O julgamento do feito se deu em conjunto com outras dezessete ADIs, bem como uma ADC, as quais tinham por objeto, igualmente, a constitucionalidade da extinção do imposto sindical compulsório. Nesse ponto, convém ressaltar que o cerne da questão não diz respeito à existência ou não do referido imposto, mas sim à constitucionalidade ou não de seu pagamento facultativo.

O Ministro Edson Fachin, relator da ação, ressaltou que o papel do STF seria o de proceder a um juízo de conformidade ou desconformidade dos dispositivos introduzidos pela Lei 13.467/2017 com a Carta Constitucional de 1988.

É mister salientar que o julgamento da ação direta tomou, por base, três elementos, quais sejam: localizar, nos dispositivos constitucionais, os direcionamentos aptos a responder à questão; revolver os precedentes da Suprema Corte os quais tratam da matéria, no todo ou em parte; e, por fim, compreender o que a literatura jurídica aduz sobre a contribuição sindical.

As alegações da parte autora, no âmbito da inconstitucionalidade material, asseveram que, em suma, a alteração legislativa confronta direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, haja vista o dever dos sindicatos de assisti-los juridicamente; sem os subsídios necessários, esse direito restaria comprometido.

Para sustentar esse posicionamento, Fachin traz à tona o regime sindical estabelecido pela Constituição de 1988, o qual é composto por um tripé: a unicidade, a representatividade compulsória e a contribuição sindical. Essas características encontram-se bem delineadas no art. 8.º, II, III e IV, da CRFB/88, como já explanadas, e devem ser considerados como pilares do sistema, *in verbis* (STF, 2018, p. 12):

Não obstante, importante insistir em que o modelo jurídico-constitucional sindical brasileiro seja considerado em sua integralidade, especialmente em face da necessidade de harmonização das regras essenciais que sustentam o referido sistema e as alvissareiras diretrizes nacionais e internacionais acerca do tema.

Destaque-se que a representação compulsória é fundamental, para que as normas resultantes das negociações coletivas tenham efeito *erga omnes*, consoante leciona o art. 611 da CLT. Essa circunstância reforça a necessidade de uma análise sistemática e integral das consequências trazidas pela Reforma Trabalhista, uma vez que a desconstituição da compulsoriedade do tributo afetará outros aspectos do modelo sindical adotado no País.

Sob essa ótica, observa-se um impasse: a obrigatoriedade de representação dos trabalhadores pelo respectivo sindicato, imposto por lei, mas sem a respectiva contraprestação necessária ao seu adequado funcionamento. O que se questiona são quais os recursos a serem utilizados pelos sindicatos, com a alteração legal, para que eles desempenhem, razoavelmente, as atribuições definidas no ordenamento jurídico.

Após uma breve recapitulação histórica do sindicalismo, o Relator passou à análise da jurisprudência do STF acerca do tema. Sendo assim, destacou que a Suprema Corte detinha entendimento pacífico quanto à natureza tributária da contribuição sindical, enumerando julgados que aduziam a sua recepção pela Carta Magna vigente, no art. 8.º, IV.

A jurisprudência corroborava que tal contribuição não constituía óbice ao princípio da liberdade sindical, justamente porque o modelo sindical corporativista, ainda vigente, confere a medida da relativização da norma principiológica, já que impõe a necessidade de uma análise integral do sistema.

Nessa esteira, Ives Gandra da Silva Martins (2015, p. 91) traz ponderações pungentes quanto à fundamentação do imposto sindical enquanto tributo:

A “contribuição especial no interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas”, tem como nítido, claro e cristalino objetivo garantir a atuação de categorias profissionais e econômicas em defesa dos interesses próprios destes grupos, ofertando, pois, a Constituição, imposição tributária que lhes garanta recursos para que possam existir e atuar. Esta é a natureza jurídica da contribuição, que fundamenta o movimento corporativo ou sindical no Brasil, na redação da Lei Suprema de 1988, constitucionalizada que foi sua conformação tributária. Não é mais uma contribuição parafiscal ou fora do sistema, mas uma contribuição tributária, com objetivo perfil na lei maior.

Ora, nas lições do jurista, a contribuição sindical se faz inerente aos sindicatos – sem ela, as entidades ficam impossibilitadas de funcionar adequadamente e perdem sua força de atuação. Tal conjectura é evidente, principalmente se for considerado o baixíssimo índice de sindicalização no País.

Seguindo o raciocínio do Relator, a Ministra Rosa Weber aduziu que, muito embora não considere a contribuição conveniente, a retirada de sua obrigatoriedade desarmoniza o sistema e atenta contra os comandos constitucionais. Em seu voto, Weber fez uma breve análise do modelo híbrido do sindicalismo brasileiro, o qual, ao mesmo tempo em que proclama a liberdade sindical, consagra a sua unicidade.

O que se pode inferir do texto constitucional é que não houve uma materialização, em sua completude, da liberdade sindical aduzida no *caput* do art. 8.^o⁴, posto que afastou, de forma expressa, o pluralismo, impondo a unicidade como princípio norteador. E é sob essa perspectiva que se insere a contribuição compulsória a todos os membros, com vistas à manutenção do ser coletivo.

Ademais, a Ministra destacou o art. 589 da CLT – com redação dada pela Lei das Centrais Sindicais –, o qual destina valores percentuais resultantes da arrecadação do imposto sindical dos empregadores e dos empregados às respectivas entidades representativas, quais sejam, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais; além da Conta Especial Emprego e Salário, administrada pelo MTE.

Com relação a esta última, Weber concluiu que a retirada da compulsoriedade da contribuição também afeta os recursos da União, uma vez que a os valores são encaminhados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, o qual, por seu turno, é “destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico”, nos termos do art. 10 da Lei 7.998/1990.

Ainda, é importante ressaltar que, como bem explanado pela Ministra, o enfraquecimento dos sindicatos, decorrente da mudança legislativa, equivale a uma debilitação das negociações coletivas, que são instrumentos de concretização da melhoria de gestão da força laboral, no mercado econômico.

O terceiro Ministro a seguir o voto do Relator foi Dias Toffoli, que considerou a ausência de uma reforma gradativa ou de uma regra de transição, quanto ao financiamento sindical, a grande fragilidade da mudança legislativa impugnada. Como consequência dessa supressão repentina do imposto sindical, não houve uma preparação para a substituição dessa fonte de financiamento, por parte dos entes de representação coletiva. Verifica-se, portanto, uma subversão do sistema como um todo.

⁴É justamente por esse motivo – a não materialização do princípio da liberdade sindical em sua plenitude – que, de acordo com a Ministra Rosa Weber, o Brasil não pôde ratificar a Convenção Internacional n.º 87 da OIT, apontada no capítulo anterior.

Em sentido contrário, foram seis os Ministros que consideraram constitucional a alteração legislativa contestada, nas ações de controle concentrado ora em comento.

Luiz Fux, o primeiro a divergir do Relator, aduziu que a proliferação de sindicatos é uma problemática a ser considerada, no julgamento da ADI. Nos dizeres do eminente magistrado, a contribuição compulsória fomenta a oferta excessiva de sindicatos, sem que haja um correspondente aumento do bem-estar das categorias representadas.

Sob o viés constitucional, Fux expôs que não há qualquer comando que determine a compulsoriedade, tendo em vista que a parte final do art. 8.º, IV, remete à lei a instituição do imposto sindical. Outrossim, a obrigatoriedade do desconto vai de encontro aos direitos fundamentais da liberdade de associação, de sindicalização e de expressão, destacando-se o comando do art. 8.º, V, da Constituição.

Ademais, o Ministro levou, em consideração, o engajamento dos sindicatos nas ações político-partidárias, o que, sob sua ótica, vulnera a garantia fundamental da liberdade de expressão dos trabalhadores, no momento em que eles eram compelidos a financiar atividades com as quais não concordam.

Para finalizar seu voto, Luiz Fux asseverou que a alegação de que a facultatividade da contribuição comprometeria a existência dos entes sindicais ignora a existência de múltiplas formas de custeio sindical. Além disso, no âmbito da prestação de assistência judiciária, o art. 17 da Lei 5.584/1970 dispõe que, inexistindo sindicato representativo da categoria, cumpre a Defensoria assistir o trabalhador, de modo que ele não ficará desamparado.

Alexandre de Moraes julgou igualmente improcedentes as ADIs, e procedente a ADC. Em sua concepção, a Carta Magna consagra a contribuição associativa como principal fonte de custeio dos sindicatos, de modo que o Constituinte não institucionalizou o imposto sindical, mas apenas permitiu, de forma subsidiária, a sua existência no ordenamento jurídico.

Em outras palavras, o Ministro, proferindo um voto extremamente acurado, entende que o apoio estatal às entidades de representação coletiva é subsidiário, haja vista a consolidação da autonomia sindical na Constituição de 1988. Nesse ponto, acredita haver uma contradição entre a autonomia do sistema sindicalista e a dependência de dinheiro público, para a sua sobrevivência, aduzindo que deve haver uma substituição do sindicalismo de financiamento estatal pelo sindicalismo representativo.

Entretanto, ao revelar as baixíssimas taxas de sindicalização no País, o magistrado corrobora que isso é um reflexo do vácuo representativo dos sindicatos. A crise de representação sindical é, a seu ver, patente, e reflete na força atuante das entidades.

Além disso, mencionou que a liberdade associativa se dá em dois patamares: no nível do Estado perante os sindicatos, com uma mitigação do sistema de cabresto adotado na Era Vargas; e no nível das entidades sindicais sobre os trabalhadores, em que estes têm a opção de se filiar ou não e, conseqüentemente, recolher ou não a contribuição, no exercício de seu pleno direito.

Luís Roberto Barroso, acompanhando a divergência com o Relator, também destacou a quantidade anormal de sindicatos no Brasil. Defendeu que a Suprema Corte não pode fazer juízo quanto a discussões eminentemente políticas. Em seu sentir, o STF tem o dever de respeitar as escolhas políticas realizadas pelo Poder Legislativo, bem como a discricionariedade administrativa do Executivo, de modo a assegurar o princípio da separação dos poderes. Destarte, a Corte não detém competência, para intervir na escolha do modelo sindical a ser adotado pelo País.

Por último, asseverou que o modelo da unicidade sindical deveria ser igualmente reformulado, uma vez que essa sistemática inviabiliza a competitividade, a prestação de um serviço de qualidade e a representação dos sindicatos perante a categoria. Tal mudança acompanharia, na sua visão, a tendência moderna de substituição de subsídios e monopólios pela autonomia individual.

Gilmar Mendes citou a quantidade de sindicatos existentes em países como África do Sul, Estados Unidos e Argentina – onde não ultrapassam a faixa de 200 entidades –, de maneira a comparar com a realidade brasileira. Em seu entender, o modelo sustentado na contribuição compulsória acarretava essa brutal distorção. Destarte, o Ministro crê que o fim do financiamento estatal possibilitará que os entes sindicais sejam mantidos como as demais associações existentes.

Já Marco Aurélio, analisando o aspecto formal, não concebe a contribuição sindical compulsória como um tributo, uma vez que os sindicatos são pessoas jurídicas de direito privado e, portanto, restam impossibilitadas de ser parte ativa tributária. Nesse sentido, o art. 149 da Constituição, para o Ministro, não se refere ao imposto sindical, o que torna a atuação estatal despicienda.

Finalizando o julgamento da ADI, Cármen Lúcia, seguindo o entendimento de Rosa Weber, considerou que a implementação de regras transitórias seria conveniente. Contudo, não acredita que a ausência delas corrobore a inconstitucionalidade da alteração legislativa. Para a Presidente da Suprema Corte, “a mudança leva a um novo pensar da sociedade de como lidar com todas as categorias econômicas e trabalhistas e com todas as formas de atuação na sociedade, sem depender necessariamente do Estado” (STF, 2018).

Diante das diversas acepções jurídicas apresentadas pelos eminentes Ministros, na proclamação de seus respectivos votos, constata-se que a contribuição sindical compulsória é resultado de um sistema obsoleto, que não mais se ajusta à conformação atual da sociedade. Entretanto, a cultura de sindicalização, no Brasil, apresenta pouca receptividade e, muitas vezes, não é vista com bons olhos, ante a frequente associação dos sindicatos com movimentos políticos, conforme bem destacado por Luiz Fux.

Ocorre que o esvaziamento financeiro, decorrente da Reforma Trabalhista, veio a agravar, ainda mais, a crise de representatividade dos sindicatos brasileiros. Explica-se: os entes sindicais devem ter, como função precípua, o resguardo dos direitos individuais trabalhistas, tomando a frente das representações coletivas. Nessa perspectiva, o financiamento, através da contribuição, nada mais era do que uma contrapartida pelas tarefas desempenhadas, obrigatoriamente, pelos sindicatos.

Assim, a Lei 13.467/2017 mitigou a representação dos sindicatos – a qual, frise-se, é dever constitucional e legal, não podendo o ente se eximir do cumprimento – perante os entes patronais, ao enfraquecê-los economicamente. O comprometimento da força de atuação sindical acarreta, por consequência lógica, a depreciação dos direitos individuais dos trabalhadores.

4 AS REPERCUSSÕES DO FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA

Consoante exposto no capítulo anterior, os sindicatos dispunham de uma fonte de financiamento cujo desconto era compulsório, devendo ser realizado em face de todos os trabalhadores da categoria. Tal exação era imposta, haja vista o modelo sindical adotado no Brasil, em que ainda remanescem características do corporativismo. Contudo, para a sustentabilidade desse sistema, instituía-se a manutenção de três prerrogativas, já estudadas: a unicidade sindical, a representatividade compulsória e a contribuição sindical obrigatória.

Ocorre que essa última prerrogativa foi retirada do sistema, uma vez que se tornou facultativa, e as consequências dessa mudança ainda são pouco conhecidas, dada a sua recenticidade. Entrementes, o presente capítulo propõe uma demonstração empírica das repercussões advindas da mudança legislativa, com a análise da conformação hodierna do SINTTEL/PB e do SINTRAFI/PB, ambas as entidades sindicais com um longo período de atuação no estado.

4.1 ESTUDO DE CASO: SINTTEL/PB

Com o intuito de analisar as implicações práticas ocasionadas pela facultatividade do imposto sindical, a presente monografia se presta a demonstrar a situação atual do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado da Paraíba – SINTTEL/PB – em um paralelo com a conjuntura anterior à Reforma Trabalhista. Para tanto, foi realizada uma entrevista com o diretor geral do sindicato, Wallace de Oliveira Pereira.

4.1.1 Estrutura e funções desempenhadas pelo SINTTEL/PB

A entidade sindical foi oficialmente fundada em 20 de abril de 1965, com o reconhecimento do Ministério do Trabalho, sob a denominação de Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Telefônicas da Paraíba. Hoje, a organização tem base estadual e representa os trabalhadores de empresas de telecomunicação, telefonia móvel, *call centers*, *telemarketing*, serviços trocalizados de comunicação, rádio-chamadas, operadores de mesas telefônicas, e, por fim, projetos, construção, instalação e manuseio de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal.

O SINTTEL/PB conta, atualmente, com 24 membros, a incluir coordenador, secretário-geral, administradora de finanças e de estudos socioeconômicos, diretora de saúde dos trabalhadores e de assuntos dos aposentados, advogados, dentre outros.

No total, o sindicato abrange os empregados de 19 empresas, dentre elas, as operadoras Oi, Claro Brasil, Telefônica e o Grupo Telmex; as prestadoras de serviço Tecnomulti e Rede Conecta; e os *call centers* AeC, Orbital e Liq.

O diretor do SINTTEL/PB discorreu acerca das funções desempenhadas pelo sindicato, destacando o papel antagônico da entidade e a defesa de direitos em prol dos trabalhadores, sob os aspectos da lei laboral, tais como jornada de trabalho, auxílio-creche, vale-alimentação, vale-refeição e auxílio de portadores de necessidades especiais. Destarte, o sindicato desempenha uma função de proteção à norma coletiva de cerca de 10.000 trabalhadores da categoria.

O perfil dos trabalhadores também foi delimitado: no âmbito dos *call centers*, por exemplo, há uma predominância de jovens entre 18 e 24 anos, desempenhando carreiras universitárias, e 70% da mão de obra é composta por mulheres.

Wallace de Oliveira destacou, ainda, que o sindicato dispõe de uma norma coletiva para cada empresa da área, uma vez que não é possível a celebração de convenção, por inexistir uma entidade sindical que represente os empregadores.

Para uma melhor compreensão desse tema, impende-se diferenciar acordo coletivo de convenção. Ambos são contratos coletivos, posto que se tratam de negócios jurídicos extrajudiciais, e, dessa forma, se assemelham à lei. Contudo, quanto ao acordo, ele se dá através da representação unilateral, ao passo que a convenção pressupõe a participação dos representantes dos trabalhadores e dos entes patronais.

Nesse sentido, o art. 611 da CLT assevera que a convenção coletiva de trabalho “é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”. Ou seja, no âmbito da categoria dos trabalhadores em telecomunicações, seria necessária a existência de um sindicato que representasse o ente patronal, o que não ocorre *in casu*.

De outra banda, a celebração de acordo coletivo pelo SINTTEL/PB é plenamente possível, à vista do disposto no §1.º do art. 611 da CLT, o qual aduz que os sindicatos detêm a faculdade de “celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho”. É o que se dá, por exemplo, quando o

referido sindicato realiza um ACT com a Claro. Sob essa perspectiva, Vólia Bomfim (2018, p. 1312) se debruça acerca do procedimento de negociação coletiva:

a) Em caso de acordo coletivo, o primeiro passo é a provocação de uma das partes, por insatisfeita, reivindicando vantagens para o grupo; b) notificação do sindicato, que terá oito dias para dizer se assume ou não a negociação (art. 617 da CLT); c) para todos os casos: assembleia sindical, devidamente convocada, para autorizar a diretoria a iniciar as negociações (art. 612 da CLT); d) notificação da parte contrária para iniciar os debates e discussões a respeito das propostas; e) a parte contrária, que é obrigada a negociar (art. 616 da CLT), sob pena de um terceiro intervir nas negociações; f) chegando as partes a um consenso, será reduzida a termo uma minuta das cláusulas negociadas (art. 613 da CLT); g) nova assembleia para aprovação das cláusulas ajustadas; h) o documento final é redigido, com todos os requisitos contidos nos arts. 613 e 614 da CLT; i) depósito do documento na DRT no prazo de oito dias de sua assinatura (art. 614 da CLT); j) publicidade da norma coletiva, de forma visível, na sede dos sindicatos e das empresas, dentro de cinco dias do depósito; k) início da vigência três dias após o depósito.

Observe-se que o debate de propostas é fundamental para uma transação pacífica entre o sindicato e a empresa, em um minucioso processo de exposição de pautas, retificação, acréscimo ou supressão de cláusulas, até que seja redigido o documento final, com seu depósito na Delegacia Regional do Trabalho.

Para finalizar, a publicização do ACT é essencial à sua vigência e efetividade, devendo estar exposto na sede da entidade sindical e das empresas, e sendo de observância obrigatória pelos empregadores. Nesse sentido, Wallace de Oliveira aduziu que o acordo negociado é colocado no Sistema Mediador do MTE, o qual possibilita o acesso, através de seu portal, a um banco de dados com todos os contratos coletivos celebrados.

Todo esse processo constitui uma ampla construção, em consonância com o art. 612 da CLT. Frise-se que as pautas de reivindicações diferem de acordo com a empresa, tendo em vista as diferentes condições de trabalho, e que os trabalhadores estão livres para, nas assembleias, propor ou suprimir questões relacionadas às condições laborativas.

No que concerne ao caso em análise, o diretor da entidade sindical afirmou que as transações podem ocorrer a nível estadual e também nacional, composta conjuntamente com a Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações – FITRATELP –, a qual se faz presente com uma mesa de negociação. Ademais, foi explicitado que cada norma coletiva tem a sua data-base, isto é, um período de vigência, o qual corresponde, via de regra, a um ano.

4.1.2 As consequências do fim da contribuição sindical compulsória no SINTTEL/PB

Conforme explanado, o SINTTEL/PB abrange cerca de 10.000 empregados da categoria de telecomunicação, entretanto a taxa de sindicalização é diminuta, quando comparada à quantidade de trabalhadores. Nessa perspectiva, considerando os dados fornecidos pelo diretor, Wallace de Oliveira, têm-se os seguintes números, referentes ao mês de outubro de 2018:

Trabalhadores da categoria (outubro/2018)	Trabalhadores filiados (outubro/2018)	Percentual de sindicalização
10.000 (número aproximado)	892 (número exato)	Aproximadamente 8,92%

Tabela 2 – Análise do número de trabalhadores da área de telecomunicação e do número de filiados, na Paraíba, ao SINTTEL/PB, com o respectivo percentual de sindicalização, em outubro de 2018.

Com a facultatividade do imposto sindical, são poucos os trabalhadores que se prestam a permitir o desconto dessa contribuição, ocasionando uma queda demasiada da receita proveniente dessa fonte de financiamento. Para demonstrar esse cenário, passemos à análise da arrecadação do imposto sindical, em abril de 2017 e de 2018, conforme dados fornecidos pelo diretor do SINTTEL/PB:

Imposto sindical (abril/2017)	Imposto sindical (abril/2018)	Percentual de arrecadação do sindicato
R\$279.741,56	R\$9.390,25	3,35%

Tabela 3 – Análise da receita arrecadada, através do imposto sindical, em abril de 2017 e de 2018, com o respectivo percentual de arrecadação, em abril de 2018.

Perceba-se que, na conjuntura hodierna, o SINTTEL/PB obteve uma receita, obtida com o recolhimento do imposto sindical, de cerca de 3%, quando comparado à arrecadação de abril de 2017. Sendo assim, houve uma queda de, aproximadamente, 97% do faturamento proveniente do desconto dessa contribuição; um decréscimo vertiginoso, sem que houvesse nenhuma fase de transição financeira do ente de representação coletiva, ora estudado.

Não bastando a queda vultosa, houve relato de caso em que o empregador se utilizou de má fé, para proceder ao desconto da contribuição sindical, em abril do corrente ano, como se ainda fosse obrigatória. O diretor do SINTTEL/PB afirmou que o empregador

de determinado *call center* recolheu o imposto sindical do contracheque de todos os trabalhadores. Entretanto, não houve o repasse devido para a entidade representativa, sendo tal conduta objeto de uma ação ajuizada pelo sindicato.

Pelos dados acima apresentados, é possível corroborar o porquê do esvaziamento financeiro nos sindicatos, como um todo: se antes, cerca de 10.000 trabalhadores contribuíam compulsoriamente para a manutenção da entidade, através da contribuição sindical; atualmente, têm-se 892 filiados contribuindo, através da mensalidade dos associados, para que o SINTTEL/PB exerça as suas funções representativas.

A referida mensalidade equivale a 1% do salário, que, por sua vez, tem uma faixa entre R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) e R\$5.000,00 (cinco mil reais). Dessa forma, o desconto mensal realizado oscila entre R\$9,54 (nove reais e cinquenta e quatro centavos) e R\$50,00 (cinquenta reais).

Dessa forma, o diretor do sindicato assevera que, com o fim da contribuição compulsória, a mensalidade dos associados passou a ser a principal fonte de financiamento da entidade. Para que a receita decorrente das mensalidades seja expandida, faz-se necessário intensificar o processo de filiação dos trabalhadores da categoria.

Nas palavras de Wallace de Oliveira, o sindicato busca uma filiação “corpo a corpo”, conversando diretamente com os trabalhadores e explicando quais são os serviços prestados aos associados. Nesse sentido, o SINTTEL/PB firmou diversos convênios, tanto com universidades (UNIPÊ, Maurício de Nassau, FPB, FAP, UNESC), quanto com escolas e cursos profissionalizantes (Século, SESC).

Além disso, há convênios firmados com bancos e aplicativos de transporte privado urbano, serviços de lazer – com incentivo à prática de esportes –, bem como uma parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST –, no âmbito do Município de João Pessoa. A referida instituição promove ações de prevenção e vigilância, visando à melhoria das condições de vida do trabalhador. Assim, o sindicato encaminha para o centro os trabalhadores que são acometidos por enfermidades causadas pela atividade laboral, desde lesões por esforço repetitivo até doenças mentais.

Impende-se salientar que, embora não seja obrigatório, o SINTTEL/PB exerce uma função ativa na representação judicial dos trabalhadores da categoria, sindicalizados ou não. Isso se dá, em decorrência do interesse da entidade, dentro de seu papel antagônico, em acolher a demanda, ouvir o empregado e tomar as providências cabíveis junto às autoridades constituídas.

Wallace de Oliveira destaca que as demandas de assédio moral e sexual, crime de constrangimento, periculosidade e trabalho insalubre são as mais frequentes. Nesse ponto, o diretor ressalta que o Ministério Público do Trabalho exerce um papel essencial de fiscalização das empresas, em consonância com os pleitos do sindicato.

Como exemplo, tem-se uma ação que fora ajuizada em face de um *call center* localizado em Campina Grande. O sindicato representou as trabalhadoras do sexo feminino, demandando que a empresa fosse condenada à indenização por assédio moral e sexual. Para tanto, foram colhidas provas e apresentadas ao Ministério Público do Trabalho.

Para concluir, o diretor assevera que a construção e existência da luta sindical somente é possível, se houver recursos financeiros suficientes. Trata-se de uma verdadeira questão de subsistência, inclusive para o planejamento e prosseguimento de ações do sindicato. Em alternativa, porém, acredita que o fim da contribuição sindical veio a rechaçar os chamados sindicatos cartoriais, que são as entidades criadas estritamente com o fim de arrecadação.

4.2 ESTUDO DE CASO: SINTRAFI/PB

Dando continuidade ao estudo das repercussões práticas decorrentes do fim da contribuição sindical compulsória, será analisada a estruturação do Sindicato dos Bancários da Paraíba ante as alterações da Lei 13.467/2017. Para atingir esse objetivo, foi entrevistado o presidente da entidade, Marcelo de Lima Alves.

4.2.1 Estrutura e funções desempenhadas pelo SINTRAFI/PB

O Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Paraíba “é uma entidade classista, autônoma e democrática, constituída para fins de defesa e representação legal dessa categoria profissional”, no âmbito estadual, conforme preconiza o art. 1.º de seu Estatuto.

A referida entidade possui base territorial estadual, abrangendo 179 municípios, a incluir João Pessoa, Santa Rita, Cabedelo, Bayeux, Conde, Araruna, Guarabira, Bananeiras, Sumé, Monteiro, Solânea, Tavares e Princesa Isabel.

É importante frisar, no entanto, que há outros oito sindicatos para a representação da categoria, na Paraíba, os quais englobam municípios diversos dos ora citados, a exemplo de Campina Grande e região.

A representação do SINTRAFI/PB compreende o segmento dos bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica) e privados (Santander, Bradesco, Itaú). Ademais, o sindicato é filiado à Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste – FETRAFI/NE –, à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF – e à Central Única dos Trabalhadores – CUT –, de modo que há uma estruturação vertical da entidade, com amplitude estadual, regional e nacional.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Marcelo Alves, discorreu acerca dos serviços fornecidos, os quais incluem assessoria jurídica, lazer, esporte, saúde e educação.

No que concerne à área forense, o sindicato disponibiliza de advogados, que fornecem assessoria jurídica, homologam decisões e realizam consultas e pareceres. Além disso, a entidade firmou convênio com escritórios de advocacia trabalhistas, os quais prestam serviço gratuito aos sindicalizados.

Na educação, a SINTRAFI/PB realizou parcerias com diversas escolas (Século, GEO, Master, etc.), berçários, educandários, além de faculdades (Maurício de Nassau, IESP, UNIPÊ) e cursos de idiomas (CCAA, Wizard, Yázigi), visando à concessão de descontos aos filiados e seus dependentes.

Com relação à saúde, também foram celebrados convênios com dentistas, psicoterapeutas e óticas, com descontos para os associados. Ademais, o sindicato dispõe de plano odontológico para os trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

No que tange ao lazer e facilidades, firmaram-se parcerias com clubes e agências de turismo, lojas e serviços de estética. De igual modo, os associados podem usufruir toda área de lazer, nas dependências do sindicato.

Por fim, são realizadas aulas de futsal, vôlei, natação e hidroginástica, nas dependências do SINTRAFI/PB, com o intuito de incentivar a prática desportiva.

4.2.2 As consequências do fim da contribuição sindical compulsória no SINTRAFI/PB

O presidente do Sindicato dos Bancários asseverou que a taxa de sindicalização dos trabalhadores da categoria é de, aproximadamente, 85%, índice que corrobora uma alta representatividade do sindicato. Considerando os dados fornecidos pelo presidente, tem-se a seguinte tabela:

Trabalhadores da categoria (outubro/2018)	Trabalhadores filiados (outubro/2018)	Percentual de sindicalização
2.900 (número aproximado)	2.500 (número aproximado)	Aproximadamente 85%

Tabela 4 – Análise do número de trabalhadores da categoria dos bancários e do número de filiados ao SINTRAFI/PB, na base territorial abrangida, com o respectivo percentual de sindicalização, em outubro de 2018.

Frise-se que há, ainda, cerca de 1.000 filiados ao Sindicato, os quais já estão aposentados, não precisando, dessa forma, contribuir com a mensalidade. Ademais, o presidente da SINTRAFI/PB associa o grande contingente de sindicalizados à baixa rotatividade da profissão, ao contrário do que ocorre com a categoria das telecomunicações.

Com um grande percentual de bancários sindicalizados, Marcelo Alves aduz que o fim da contribuição sindical compulsória não chegou a comprometer, sobremaneira, a receita do SINTRAFI/PB. Isso se dá graças à mensalidade paga pelos associados, a qual corresponde a 1,25% do salário, havendo um valor mínimo de R\$50,09 (piso), e máximo de R\$110,30 (teto), a ser contribuído.

Arelada à mensalidade dos associados, o Sindicato dos Bancários dispõe de outras fontes de financiamento, destacando-se o aluguel de imóveis de sua propriedade e a taxa negocial.

A referida taxa foi aprovada na Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida em junho do corrente ano, em São Paulo. Ato contínuo, o encargo foi objeto de discussão em assembleia realizada no sindicato local, levando, por fim, à disposição em cláusula da CCT⁵. A taxa equivale a 1,5% do salário, acrescida da participação nos lucros e resultados, e é cobrada no mês de setembro.

Com essa medida, o Sindicato dos Bancários conseguiu manter praticamente 90% da receita que arrecadava, em comparação ao ano de 2017, quando o imposto sindical compulsório ainda vigorava:

⁵ É importante destacar que a instituição de taxa negocial, em Convenção Coletiva de Trabalho, tem sido contestada, em sede judicial. Nesse sentido, alguns Tribunais Regionais do Trabalho proferiram decisões que consignaram a nulidade das cláusulas impositivas do pagamento da referida taxa, uma vez que elas vão de encontro à livre associação e à liberdade sindical, conforme aduzido pela Orientação Jurisprudencial 17. Observe-se, assim, que a implementação de taxa para custeio das entidades sindicais não sobreveio apenas com a Reforma Trabalhista, havendo diversos julgados sobre a matéria anteriores à Lei 13.467/2017. De outra banda, em maio de 2018, o TST validou acordo firmado entre a Vale S.A. e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins – STEFEM –, através do qual foi incluída cota negocial. Desse modo, frise-se que a matéria ainda não é pacificada, em sede jurisprudencial.

Imposto sindical (abril/2017)	Taxa negocial (setembro/2018)	Percentual de arrecadação do sindicato
R\$366.878,00	R\$328.993,00	89,67%

Tabela 5 – Análise da receita arrecadada, através do imposto sindical e da taxa negocial, em abril de 2017 e em setembro de 2018, com o respectivo percentual de arrecadação, em setembro de 2018.

Pelo exposto, conclui-se que o SINTRAFI/PB conseguiu reaver, em grande parte, a sua receita, após o fim do imposto sindical compulsório. Para tanto, a entidade se valeu de outras fontes de financiamento – a exemplo da mensalidade, da taxa negocial e do aluguel de imóveis –, permitindo, assim, a manutenção de sua representatividade perante a classe bancária.

Finalmente, Marcelo Alves acredita que o Sindicato dos Bancários não sofreu uma vultosa contingência econômica, em decorrência da facultatividade do imposto sindical, justamente porque a entidade dispõe de fontes múltiplas de subsistência. Destarte, assevera que o fim da contribuição obrigatória colocará em xeque a sustentabilidade dos sindicatos cartoriais, que são entidades criadas eminentemente com o intuito de arrecadar, sem oferecer serviços de qualidade às respectivas categorias econômicas.

4.3 O FUTURO DO SINDICALISMO NO BRASIL: UM NOVO OLHAR SOBRE A SUA ESTRUTURAÇÃO

Inicialmente, é importante salientar que a Reforma Trabalhista e o julgamento da ADI 5794, os quais puseram termo ao imposto sindical compulsório, são matérias recentes no ordenamento jurídico pátrio, e suas implicações, na sociedade, ainda são pouco conhecidas.

Contudo, é consabido que a superação do modelo corporativista do sindicalismo não pressupõe apenas que aspectos retrógrados desse sistema sejam suprimidos. A reforma do direito sindical requer, em igual proporção, que sejam implementados novos meios de garantir a subsistência dos entes sindicais, bem como a sua representatividade perante as respectivas categorias. Seguindo essa linha, leciona Godinho (2017, p. 1554):

Trata-se, também, ao mesmo tempo e na mesma medida, de elaborar-se um conjunto de garantias jurídicas à efetivação, organização e fortalecimento sindicais, para que os princípios da livre associação, a autonomia sindical e da real equivalência entre os contratantes coletivos trabalhistas não seja mero simulacro, uma vez mais, na história brasileira.

Ocorre que, com a Lei 13.467/2017, a real equivalência entre os contratantes coletivos trabalhistas encontra-se dispersa, dado o esvaziamento econômico dos entes sindicais, acarretando uma precarização ainda maior dos direitos trabalhistas outrora conquistados.

Explica-se: o legislador Constituinte, ao determinar a atuação sindical, assim procedeu, para que os sindicatos não negociassem em prol de um ou outro trabalhador, mas em favor de toda a categoria. Nesse diapasão, urgiu a necessidade de uma contribuição compulsória, com vistas a demonstrar o sentimento de solidariedade no ambiente de trabalho. Dessa forma, muitos trabalhadores – embora ainda não tivessem a consciência necessária de uma atuação coletiva, para abranger e melhorar as suas relações de trabalho – restavam abrigados pela norma constitucional, ao instituir que o respectivo sindicato seria responsável pela representação coletiva de sua categoria.

Sob esse seguimento, as negociações coletivas, através de assembleias, objetivam a melhoria das condições de trabalho, tratando de assuntos como jornada laboral, repouso semanal remunerado, férias e aumento salarial.

Sendo assim, a Reforma Trabalhista proclamou a prevalência do negociado sobre o legislado, com um suposto incentivo à composição entre patrões e empregados. Não obstante, retirou, concomitantemente, a principal fonte de receita dos sindicatos, de modo que a depreciação do aporte financeiro desses entes compromete as atividades de defesa da classe trabalhadora, ocasionando, ao cabo, a suscetibilidade das relações trabalhistas.

De outra perspectiva, há de ser considerado o fortalecimento dos entes sindicais atuantes e a mitigação dos “sindicatos de gaveta”. A diminuição da ingerência do Estado faz com que essas entidades tomem novas atitudes, enquanto atores sociais, tais como a aproximação “corpo a corpo” aos trabalhadores e a apresentação de propostas às novas demandas laborais. Nesse aspecto, Lago (2018) destaca as recentes conformações no âmbito trabalhista, *in verbis*:

Progressivamente os sindicatos se estabeleceram como atores na defesa de seus representados. O partido político moderno também se consolidou com a incumbência de desenvolver um programa teórico/político aos trabalhadores. Contudo, as estruturas do trabalho mudam vertiginosamente neste início de século com inovação tecnológica, inteligência artificial, robotização e digitalização de processos industriais, administrativos e econômicos. Outros fatores como a alvorada da economia compartilhada, de redes de consumo consciente, do aumento da cidadania digital, das microproduções através de impressoras 3D, dos *hackerspaces* e *makerspaces*, da economia criativa nas nações em desenvolvimento, reconfiguram os mercados e sedimentam a

nova fase do capitalismo – ou “*capitalismo informacional*” no dizer de Manuel Castells.

Perceba-se que as mudanças na conjuntura social, econômica e laboral incorrem na patente dificuldade que os sindicatos têm de se fazerem operantes, em ambientes tecnificados, sendo que o direcionamento da atuação nesses novos setores é fundamental, para essas entidades manterem a sua representatividade.

Dessa forma, é mister a retomada da real essência desses entes, qual seja, a de luta pelos direitos dos trabalhadores, com o desvencilhamento do neocorporativismo e com uma efetiva atenção aos ambientes de trabalho e às negociações coletivas, em detrimento da configuração como partidos políticos de massa.

No que concerne ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, Lago (2018) aduz que a Reforma Trabalhista, nesse ponto, veio a corroborar a necessidade de os sindicatos retomarem o seu âmago, no momento em que põe em xeque o número estratosférico de mais de 16 mil entidades, no Brasil, e deixa o Egito e Equador como únicos países a ainda cobrarem, compulsoriamente, um encargo para custeio dos entes sindicais.

É incontestável que a compulsoriedade dava espaço a uma letargia da atuação dos sindicatos, fazendo com que, ao longo do tempo, “não precisassem atuar verdadeiramente para dar voz à classe trabalhista, uma espécie de acomodação com a percepção dos elevados valores recebidos por esse sistema impositivo de custeio” (GUIMARÃES, 2018).

Ora, instaura-se um dilema entre a vultosa quantidade de sindicatos existentes e a baixa representatividade. Consoante já explanado no primeiro capítulo, grande parte das entidades sindicais detém uma base territorial restrita a um ou a um pequeno número de municípios. Nos dizeres de Campos (2016, p. 16), isso vem a refletir os problemas enfrentados quanto à área de atuação desses entes coletivos, em que a limitação geográfica incide na representação e defesa dos direitos dos trabalhadores.

Campos (2016, p. 19) também demonstra, através de um estudo empírico, que o sindicato médio sofre com o pequeno volume de trabalhadores, em sua base social, além da quantidade, ainda menor, de sindicalizados. A pulverização de entes sindicais implica na insuficiência de recursos, para organizar suas atividades e mobilizar as respectivas classes econômicas.

É importante frisar que o desarranjo na organização sindical traz evidentes malefícios à classe trabalhadora, à proporção que são acentuadas as desigualdades entre a força do capital e o clamor dos trabalhadores por melhores condições laborais.

Essa disparidade impossibilita, frequentemente, a composição e a negociação amigáveis entre patrões e empregados, especialmente se consideradas as localidades mais carentes, onde o coronelismo e o abuso de poder econômico se sobressaem. Nesse contexto, Vólia Bomfim Cassar (2018, p. 1312) sustenta que “em algumas hipóteses, os empregadores se recusam a qualquer negociação e ainda perseguem os representantes sindicais ou líderes”, sendo corriqueiros os casos de mortes encomendadas de dirigentes de sindicatos, líderes dos trabalhadores, membros do Ministério Público e fiscais do trabalho, os quais exerciam a sua incumbência de preservação e melhoria de direitos básicos da classe laboral.

Perfazendo o presente tópico, os sindicatos têm a missão de se reestruturar – através da primazia de novas fontes de custeio, em substituição ao imposto sindical –, de modo a ganhar uma maior autonomia, com uma menor dependência do Estado. A superação do vácuo representativo depende da implantação de novas políticas pelos entes sindicais, em que se deve priorizar a oferta de serviços atrativos à classe representada, a exemplo de convênios firmados com universidades, planos de saúde e meios de entretenimento.

Destarte, à medida que os trabalhadores se sentem representados pelo ente coletivo, as filiações crescem, possibilitando, por fim, a afirmação dos sindicatos enquanto atores sociais fundamentais, no resguardo dos direitos trabalhistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito do Trabalho brasileiro vem repensando a forma pela qual os sindicatos devem ser sistematizados, visando a atender às novas demandas e a conformar-se com a conjuntura social, política e econômica vigente, no País, por meio de um paulatino processo de desvencilhamento da ingerência estatal, ainda muito presente no âmbito privado.

Nesse contexto, ao longo do presente trabalho, procedeu-se ao estudo de todo o aparato histórico, conceitual, legal e jurisprudencial dos entes sindicais, de modo a proporcionar uma visão ampla da problemática ora discutida.

Ao analisar os contornos jurídicos dos sindicatos, verificamos a sua importância, enquanto entidades de representação coletiva dos trabalhadores de determinada categoria econômica, criadas com o intuito de dirimir problemas recorrentes, no ambiente de trabalho, e de prover aos empregados melhores condições laborais. Ato contínuo, os entes sindicais tomam a frente das negociações coletivas, considerando a união de classe como verdadeira força de atuação social.

Outrossim, o parecer histórico do movimento sindical demonstra que a reunião de grupos econômicos, em agremiações, alude à Roma Antiga, em que os colégios eram responsáveis pela divisão da sociedade, em consonância com os ofícios de cada um. Contudo, são as corporações de ofício, estabelecidas na Idade Média, um patente marco do sindicalismo, tendo em vista o monopólio laboral, a organização do trabalho e a representatividade das profissões. Apresentavam, assim, pontos de semelhança com as entidades sindicais contemporâneas.

Pois bem, a Revolução Industrial foi outro importante marco para o sindicalismo, uma vez que possibilitou a congregação dos operários, em busca de melhores condições de trabalho, em um contexto de ampla exploração do sistema capitalista. Dessa forma, as reivindicações operárias ocasionaram o surgimento de associações de trabalhadores, as quais, por seu turno, foram alvo de proibição legislativa e de contendas.

Após uma fase de proibição jurídica da coalizão de trabalhadores, o movimento sindical tomou força, desde a configuração das *Trade Unions* até a inserção, em tratados internacionais, do direito de sindicalização.

A afirmação dos sindicatos como atores sociais, em âmbito internacional, foi precursora – embora não concomitantemente –, do movimento sindical no Brasil. Em solo nacional, os entes de representação coletiva ganharam destaque, com o advento do Estado

Novo, no qual se consolidou o sistema sindical brasileiro, calcado no corporativismo e na intervenção do Poder Público em larga escala.

Tal conformação reverbera até os dias atuais, porquanto diversas características remanescem, a exemplo da unicidade sindical, que possibilita um maior controle do Estado. Nesse viés, o imposto sindical compulsório, até 2017, integrava como um elemento do modelo corporativista.

Com efeito, a promulgação da Lei 13.467/2017 veio a facultar o desconto da contribuição sindical, proporcionando, de um lado, a mitigação da ingerência estatal, e, de outro, um esvaziamento financeiro dos sindicatos, com um consequente aprofundamento da crise de representatividade desses entes.

É incólume que o imposto compulsório era a fonte de financiamento preponderante das entidades sindicais, em detrimento da mensalidade dos associados, da contribuição confederativa e da contribuição assistencial, as quais já eram facultativas. Com a alteração legislativa, diversos dispositivos da CLT passaram a prever a autorização prévia e expressa do trabalhador, para que se proceda ao desconto da exação.

Ocorre que, para além da natureza tributária da contribuição – o que implicaria renúncia de receita, bem como a necessidade de lei complementar, para extingui-la –, há um aspecto material que não pode ser olvidado: o do modelo sindicalista aduzido pela Constituição de 1988, o qual estabelece um tripé, com a unicidade, a representação compulsória e o imposto sindical compulsório.

Destarte, a supressão da principal fonte de custeio dos sindicatos acarreta uma desestabilização de todo o sistema. Tal assertiva é corroborada pelo déficit financeiro das entidades, que sofreram uma redução de 80% de sua receita.

Por outro lado, é irrefutável que a pulverização dos sindicatos – cuja maioria detém uma base territorial restrita a um município –, acompanhada do fracionamento das categorias econômicas, resulta em uma quantidade estratosférica de entes coletivos, no Brasil. Em 2016, a cifra ultrapassava 16 mil sindicatos, situação absolutamente diversa de países como Argentina, Estados Unidos e África do Sul, os quais contam com 91, 160 e 191 entidades sindicais, respectivamente.

Visando a discutir esses aspectos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos – CONTTMAF – ajuizou a ADI 5794, através da qual pleiteou a inconstitucionalidade da Lei 13.467/2017, no que concerne à facultatividade da contribuição sindical.

Consoante os votos apreciados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal declararam improcedente a ADI 5794, junto com as demais ações de controle concentrado, por conceberem que o imposto sindical compulsório não é matéria constitucional. Para tanto, interpretam que o art. 8.º, IV, da Carta Magna remete à lei a regulamentação dessa fonte de financiamento. Além disso, a maioria do plenário compreende que a obrigatoriedade da exação vai de encontro à liberdade de associação sindical e caracteriza uma excessiva intervenção estatal no setor privado.

Diante das mudanças no ordenamento jurídico, alguns sindicatos se veem diante de um agravamento da situação financeira, que mina a sua subsistência, organização e representatividade com a respectiva categoria econômica. Porém, em contrapartida, urge a imprescindibilidade de uma nova conformação dessas entidades, seja em busca de uma maior afinidade com os trabalhadores, fornecendo-lhes serviços de qualidade e buscando a sua filiação; seja por meio da composição de novas formas de custeio, com o fulcro de atender as suas necessidades.

Portanto, com respaldo na sistemática do ordenamento pátrio e no prezar pela representatividade dos trabalhadores, cabe às entidades sindicais uma recomposição socioeconômica, através da aproximação das categorias econômicas e da busca por novas formas de custeio, a serem implantadas em conjunto com uma ampla reforma da estrutura sindical brasileira. Dessa forma, os sindicatos poderão se afirmar como instrumento substancial para o reequilíbrio das forças do capital e do trabalho, junto com a construção e proteção dos direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo C. **O que é o sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. (Coleção primeiros passos).

BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel. **Direito Tributário Brasileiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed., atual. por Jessé Claudio Franco de Alencar. São Paulo: LTr, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Decreto-Lei n.º 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Lei n.º 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. **Lei n.º 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Projeto de Lei n.º 6787**, de 23 de dezembro de 2016. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filena me=PL+6787/2016>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n.º 180745-SP**. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Relatório da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5794-DF**. Relator: Ministro Edson Fachin. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/VotoADI5794.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Orientação Jurisprudencial n.º 17 da SDC**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDC/n_bol_01.html>. Acesso em: 02 out. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O futuro dos sindicatos no Brasil**. 2018. 1 vídeo (56m21s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ExhgB3CAEII>>. Acesso em: 29 set. 2018.

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?** Brasília, DF: IPEA, 2016. (Texto para discussão, n. 2262). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2262.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

COELHO, Gabriela. TST valida acordo que prevê forma de contribuição sindical como “cota negocial”. **ConJur**, 23 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-23/tst-valida-acordo-preve-cota-negocial-sindicato>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DI CUNTO, Raphael; MARTINS, Arícia. Arrecadação das entidades de trabalhadores com imposto sindical diminui 80% em 2018. **Valor Econômico**, Brasília, 04 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5501555/arrecadacao-das-entidades-de-trabalhadores-com-imposto-sindical-diminui-80-em-2018>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil**. vol. 1. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas. Reforma trabalhista, eleições e o futuro dos sindicatos. **Estadão**, 29 set. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/reforma-trabalhista-eleicoes-e-o-futuro-dos-sindicatos/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LAGO, Davi. O futuro do sindicalismo brasileiro. **Estadão**, 09 jul. 2018. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/o-futuro-do-sindicalismo-brasileiro/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A contribuição sindical e sua natureza jurídica. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 2, abr./jun. 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho**. Convenção relativa à liberdade sindical e à proteção do direito de sindicalização. Disponível em:

<https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/86d323ba-a2c8-4ad5-ac4a-bf75a43c54c5/Convencao_87_OIT_Sindicalismo.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1BO0K89D40AM2L613R2000-86d323ba-a2c8-4ad5-ac4a-bf75a43c54c5-kQPNDq>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

RODRIGUES, Aluísio. **O Estado e o sistema sindical brasileiro**. São Paulo: LTr, 1981.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 1997.

STF. **Pleno – Iniciado julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (1/2)**. 2018. 1 vídeo (1h44m34s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LZe0fai0mIE>>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. **Pleno – Iniciado julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (2/2)**. 2018. 1 vídeo (1h45m11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yd5ha3wwK6c&t=166s>>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. **Pleno – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória**. 2018. 1 vídeo (2h21m36s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=5927s>>. Acesso em: 19 set. 2018.

STF declara constitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória. Notícias STF, 29 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=382819>>. Acesso em: 19 set. 2018.

STF prossegue nessa sexta-feira (29) julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Notícias STF, 28 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=382756>>. Acesso em: 13 set. 2018.